

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS
CURSO DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

**Imposição do trabalho abstrato pelo capital na modernização
periférica brasileira: uma proposição reflexiva**

Bárbara Regina Bertoni Letta

Ourinhos
2014

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS
CURSO DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

**Imposição do trabalho abstrato pelo capital na modernização
periférica brasileira: uma proposição reflexiva**

Bárbara Regina Bertoni Letta

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado junto ao Curso de
Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista –
Júlio de Mesquita Filho – Campus
Experimental de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornellis Carvalhal

Ourinhos
2014

**Imposição do trabalho abstrato pelo capital na modernização
periférica brasileira: uma proposição reflexiva**

Bárbara Regina Bertoni Letta

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado junto ao Curso de
Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista –
Júlio de Mesquita Filho – Campus
Experimental de Ourinhos.

Comissão Examinadora

Marcelo Dornelis Carvalho (orientador)

Paulo Fernando Cirino Mourão

Terezinha Brumatti Carvalho

Ourinhos, 20 de Janeiro de 2014.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Aos meus avôs e avós.

Ternos e eternos.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos aos amigos, mestres e familiares envolvidos no apoio à elaboração desta produção textual.

Aos meus pais, pela ajuda que forneceram sem saber, ao me indagarem sobre algum escrito que liam eventualmente nos capítulos do trabalho, e sempre com um contraponto, me faziam pensar e buscar entender com maior profundidade, sobre a complexidade que estava sendo proposta.

Meu pai, administrador de empresas que associa ciência a lógica matemática, ao longo de minha vida, propiciou o sentimento crítico no sentido de pensar sobre a existência de uma lógica para além desta, e mais, ainda, que lógica seria está que hegemoniza a racionalidade.

A minha mãe, estudante de Direito, com sua doutrina de normas e leis que se pretendem reger a organização social, dentro e fora de casa, à vida das pessoas de modo geral.

Aos mestres os quais jamais seria possível a elaboração desta pesquisa, sem suas bagagens teóricas sobre a ciência Geografia.

Aos amigos, estes sim, impreteríveis a está produção tão discutida, comentada, apontada e assim consequentemente melhor articulada.

Agradecer aos professores e alunos, amigos, que obtive ao longo do período de intercâmbio na Universidade de São Paulo. Fundamentais a elucidações de muitas de minhas dúvidas, que aumentavam na mesma medida de meu entusiasmo crítico, sobre o materialismo histórico e dialético.

“E para que, meu pobre amigo, gastar tanto esforço? Para que compor uma história, quando lhe basta copiar as conhecidas, como é de uso? Se o senhor tem uma nova visão, uma ideia original, se apresenta aos homens e as coisas sob um prisma inesperado, vai surpreender o leitor. E o leitor não gosta de ser surpreendido. Jamais ele busca numa história algo além das sandices que já sabe. Se o senhor procura ilustrá-lo, não logrará mais que humilhá-lo e amorfiná-lo. Nunca tente esclarecê-lo. Ele clamará que o senhor insulta os seus princípios”.

“Os historiadores copiam-se uns aos outros. Destarte, poupam-se fadigas e evitam mostrar fatuidade. Imiti-os e não seja original. Um historiador original é objeto da suspeita, do desdém e da repulsa universais.

“Imagina monsieur”, arrematou, “que eu merecia a consideração e as honrarias que desfruto se tivesse posto novidades nos livros de história que escrevi? E novidades, o que são? Impertinências.”.

Ele se pôs de pé. A agradei-lhe a gentileza e dirigi-me a porta. Ele me chamou:

“Uma palavrinha mais. Se quiser que o seu livro seja bem aceito, não deixe em qualquer ocasião de exaltar as virtudes sobre as quais sociedades repousam: o devotamento a riqueza, os sentimentos pios, e especialmente a resignação do pobre, que é o fundamento da ordem. Certifique-se, monsieur, de que as origens da propriedade, da nobreza e da polícia sejam tratadas na sua história com todo o respeito que merecem essas instituições. Faça saber que admite o sobrenatural quando ele se apresenta. Isso posto, o senhor há de ser bem-sucedido entre as pessoas de bem.”

A Ilha dos Pinguins

Anatole France

Resumo

A formação nacional, brasileira, foi objetivada através do processo civilizatório e totalizador depreendido ao mundo quando da gênese do capital, a partir do século XV na Europa, no contexto das grandes navegações, que culminou com o estabelecimento da exploração colonial pela metrópole, duas realidades de um mesmo circuito lógico determinado historicamente. Estabelecendo a relação entre centro e periferia de um mesmo sistema de desenvolvimento mundial, do moderno sistema produtor de mercadorias. Partes de um mesmo todo. Afere-se, portanto que o Brasil já nasceu moderno. A simultaneidade deste processo, de uma realidade complexa e profunda, de efetivação da necessidade da formação de uma nova nação, um país novo e moderno, mantenedor da lógica imanente do sistema posto, da produção e acumulação de capital, assim a nação se realiza através destes sentidos de formação. Sendo assim, na experiência brasileira, neste processo intrínseco e extrínseco da sociabilidade mediada já por abstrações e edificado as instituições organizacionais capitalistas, o trabalho abstrato e as condições do estado moderno estão reproduzidos. Na periferia, bem como se deu no centro do sistema capitalista, estas formas categoriais para análise do capitalismo em sua forma de ser na periferia do sistema, pelo movimento modernizante se concretiza. Admite-se que em sendo assim, a sociabilidade e a mediação internalizadas *a priori* na consciência do indivíduo, tanto do crítico literário quanto dos cientistas sociais frente ao esforço para elaboração de teorias sociais da crítica, o que se coloca é a confusão da consciência de nós mesmos.

Palavras chaves: crítica; marxismo; capital; trabalho; modernização periférica.

Abstract

The Brazilian national formation was objected through the total process inferred to the world as capital came to be, since the XV century in Europe, in the context of the great oceanic travels of the time, and reached it's high point at the colonial exploration by the metropolis – two realities of a same logical circuit, determined by a historical process. Establishing the relation between center and periphery of a same world development system, the modern worldwide merchandise production. Parts of a whole. We can, therefore, assess that Brazil was born modern. The simultaneous nature of this process, this complex and deep reality, the turns effective the need to form a new nation, a modern and new country, maintainer of the dominant order, of production of capital, hence it's purpose as a nation. In the Brazilian experience, this intrinsic and extrinsic process of sociability mediated already by abstractions and built in capitalist institutions, abstract work and the conditions of modern State are reproduced. In the periphery, as well as in the center of the system, these categorical forms of analysis of capitalism in its modern movement materialize. We admit, therefore, that this form of society was first internalized in the individual conscience, from the book critic to the social scientist towards the effort to elaborate critical social theories. We propose confusion in our own conscience.

Keywords: critic; marxism; capital; labor; peripheral modernization.

Sumário

1 - Introdução.....	10
2 - A teoria crítica de Robert Kurz e a Geografia brasileira.....	16
3 – Pressupostos	23
4 - Questão de Método	33
5 - A teoria crítica – para se pensar o século XXI.....	47
6 - Sobre o trabalho	59
7 - A racional irracionalidade da razão lógica – O processo da universalização da modernização segundo os interesses de mercado ligado ao processo de produção do capital.....	64
8 - Sobre o Brasil.....	73
9 - Processo de modernização no capitalismo periférico	82
10 - Considerações finais.....	85
11 - Bibliografia	88
12 - Bibliografia Comentada	91

1 - Introdução

A preocupação aqui, por hora, se mostra em explicar como a objetivação da pesquisa se orienta, e, introduzir o pensamento geográfico transcrito, pelo viés de uma teorização crítica a sociedade em seu arranjo de organização espacial moderna.

Organização, articulada pelo, o modo produtivo específico as das condições da modernização do capital, ou seja, a produção da coisa mercadoria à reprodução das relações sociais. Incorporado o saber, para tal leitura interpretativa, de que, a dominação do capital sobre o humano, se configura pelo modo no qual a sociabilidade esteja encerrada sobre si, nas trocas mercantis, e que se tenha apenas o valor de troca, o próprio valor produtivo enquanto objetivo da produção mercadoria. Em resumo, estudar a organização do arranjo social pelo viés da crítica a sociedade produtora da mercadoria e conseqüentemente das relações sociais, por ela fetichizadas. Através da principal contradição do sistema, a relação capital e trabalho.

Entender como a dominação manifesta na produção do espaço, realizada através do humano, para o entendimento geral e sistêmico deste processo de efetivação do capital, em seu redobrar modernizante, que se fenomenaliza, através da imposição do trabalho abstrato na reprodução das relações sociais de produção, tendo como referencia para a apreensão do fenômeno, o do espaço produzido.

E, em sendo assim, estudar as instituições nas quais a sociedade está sob a égide. Os domínios especificamente capitalistas no modo de ser das relações sociais, assim de produção, que são o modo de interagir entre pessoas, em seu dia a dia, nas relações de trocas enquanto foco da crítica, segue-se enquanto orientação do pensar. Logo, categorias e conceitos serão delimitados para tal intento, no decorrer do raciocínio.

Explicar o panorama geral do contexto, concreto do real entendido como o momento da acumulação capitalista e a expansão ultramarina europeia do século XV, ha a possibilidade de pensar a nação brasileira conjugada ao caso. Tomando por ponto de partida a gênese do capital. Com a finalidade de não se fazer um recorte histórico, e sim, de atentar-se, para sua formação enquanto qualidade de nação para o mundo moderno que se coloca enquanto pertinente na reflexão, de parcelas do todo espacial – a própria existência da humanidade nesse contexto histórico.

Qualidade de nação nos mais simples atributos da palavra, de uma máxima ordenação social que oferece a mais alta qualidade de vida para alguns homens na terra e para outros são oferecido, porém não há custos baixos, e quem ganha, sempre é a qualidade de troca em seu valor de troca e não de uso, ou seja, o homem se torna uma mercadoria quando suas relações de trocas são encerradas pela esfera comercial mercantilizada. A sociedade monetarizada.

Ao se preocupar com o entendimento da realidade do mundo moderno e consequentemente de pensar a humanidade neste contexto, é pressuposto a relação dialética envolta entre o homem e o meio o qual ele está inserido, estamos, portanto tratando de uma ciência humana e social, material, ao que tange ao trato de uma ciência crítica teórica, para se pensar a experiência nacional, possibilitada, através da imposição do trabalho reproduzido socialmente para a produção, valorização e des-valorização, do capital, entendido aqui, através do movimento do processo da modernização periférica.

Partindo da perspectiva filosófico-analítica, o senso crítico dos pensadores no cenário nacional, historicamente, se preocupou em desvelar os meandros e racionalidades estruturais dos processos envolvidos na formação da nação brasileira, e, em promover o entendimento da dinâmica processual do desenvolvimento nacional, através da relação entre forma e conteúdo, proveniente de um padrão analítico que trabalha na aproximação entre forma literária e processo social enquanto sendo a forma de ser para se pensar, e desvelar conteúdos e sentidos específicos do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Portanto a gênese da relação é o foco do pensar – o descobrimento europeu e a colonização pelo mesmo implementada. Explorando a diversidade cultural dessas transformações bem como sua incorporação através dos meios de comunicação e informação sobre o modo de vida europeia.

A forma social, forma literária e a preocupação ao processo social de grandes transformações no Ocidente sob as novas condições de existência da própria humanidade, sempre embebido do caráter crítico do artista literato, foram realizados relatos. A preocupação recai no aspecto, de pesquisar sobre o ponto de vista histórico de quando a literatura se transformou em condição e meio de propagação da formação de uma tradição literária. Que registrou mudanças de vida no trópico pelos Portugueses colonizadores.

Nos meandros históricos o senso crítico dos pensadores no cenário nacional, pensado dialeticamente, basearam-se na análise integrada, entre pensadores nacionais e internacionais, bem como a preocupação com a aplicação dos próprios termos

envolvidos na explicação, numa certa medida, para dar conta de se produzir um conhecimento sobre a complexidade do tema, de explicar sobre os caminhos da modernização periférica, através do regime de colonato.

O colonato aqui é entendido como o meio de apropriação da literatura ao longo de três séculos, XVII – XIX, no Brasil, realizada pelas interações e miscigenações ocorridas entre o branco e o Índio. Produziu uma forma literária regular cooptada pela dominação cultural, filosófica, estética, e não apenas política e ideológica. Que veicula informações sobre todos os campos do saber e do fazer, portanto, as ciências humanas, reproduzidas assim, como um fenômeno das artimanhas especialmente capitalistas.

Utilizando diversos campos do saber, por se tratar de questões pertinentes ao entendimento da sociedade no mundo moderno, e no caso brasileiro da formação da experiência nacional uma vez inserida já neste contexto. Torna-se indispensável à articulação entre saberes, da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Letras, Linguística, História, Geografia e o fundamento filosófico inteligível a esta elaboração reflexiva. Mantendo-se a vigor, do rigor, científico requerido à produção do conhecimento nestes moldes representativos, de relação com o real experimentado através dos sentidos e das sensações existentes no humano, quando há experimentação do fenômeno manifesto no espaço – da lógica da produção de coisas.

Diversos campos do conhecimento produziram trabalhos intelectuais sobre a temática, na Geografia Humana. Produzindo conhecimento científico, visões de se entender a dinâmica da interação entre capital e homem, criando assim um arcabouço teórico e metodológico, consistente, para as discussões que seguem o mesmo intento, porém criando correntes de pensamento divergentes em suas maneiras de pensar e agir sobre teoria e prática no exercício da reflexão.

No exercício da produção do conhecimento científico, questões paradigmáticas e ontológicas se colocam, na medida em que, a epistemologia se faz presente, pois o entendimento epistemológico que abarca o raciocínio empregado no desenvolvimento de teorias e teses, demonstram a importância dessa revisão e da permanente discussão para além do fazer ciência, trata-se também de como e quais as palavras estão sendo empregadas para nos dizer sobre algum pensamento, entendendo assim, as diferentes visões de mundo em diferentes autores, já que no discurso, a inclinação sobre os sentidos desta ou daquela relação entre forma e conteúdo estudados, na análise, ao se tratar da nação, se faz presente.

Para se chegar a esses contornos reflexivos, perpassa-se pela crítica ao marxismo clássico, da luta de classes, arraigado aos pensadores e críticos da formação da consciência de Brasil, pois é primeiramente necessário o entendimento, de que a lógica imanente, se formou a partir de e na subjetividade efetivada no consciente do sujeito. Este, categoria, filosófico-analítica, fruto do moderno, enquanto determinação natural, de uma lógica que nada tem de natural, é apenas a gênese de uma determinação estritamente social. A lógica do capital e suas iminentes contradições arraigadas ao ser, e diluída essa a condição específica de existência, até se alcançar a conformidade doutrinária. O que se tem, é uma imensa dificuldade do indivíduo em se enxergar para fora dos muros fortificados da manutenção do modo de produção capitalista, das instituições monetárias.

Sendo através da imposição, da racionalidade, do trabalho moderno, que pretende se estabelecer a relação crítica entre a sociedade e suas instituições. Que perpassa uma análise formulada sobre uma divisão sociológica classista moderna, e, sim no alicerce que norteia o comportamento humano em sua busca incessante pela vida na organização social, que siga talvez em sentido de um direito ao trabalho, mas não este trabalho abstrato e imposto.

O quanto é questionável o fato deste marxismo ortodoxo, que levanta a bandeira do trabalho como a finalidade de sua existência, a do homem, em condições especificamente produzidas, pela composição orgânica do capital, pode revolucionar?

Pelo método do materialismo histórico e dialético, proveniente dos escritos de Marx em *O Capital* (1988a; 1998b; 1988c) e o *Manifesto do Partido Comunista* (2001) Marx e; Engles, utilizados como apoio deste pretense trabalho, edifica o corpo conceitual, teórico e metodológico, consistente para uma análise crítica do mundo moderno, ou seja, do capital. Utilizando a crítica de Kurz (1992) sobre o trabalho já descrito em Marx (1988), toma-se o entendimento de que, essa é a forma real de sujeição que o capital imputa aos homens na terra. Alegando que tal estágio em que se encontra a humanidade, não é positivo do ponto de vista do desenvolvimento antropológico, em Adorno; Horkheimer (1947).

O raciocínio aqui perpassa um direcionamento crítico à própria racionalidade crítica a qual pretendeu uma análise cronológica, de escala linear de tempo, para se entender, tanto o desenvolvimento capitalista clássico quanto a forma de ser do caso brasileiro, entendendo-se na presente pesquisa, que através deste prisma, não seja tão

possível apreender a estrutura dominante do capital sobre a consciência do sujeito, independente de que o mesmo seja rico ou pobre.

Robert Kurz, em seu livro *O colapso da modernização* (1992), e, o *Manifesto contra o trabalho* (1999) elaboração do grupo Krisis, ressalta a necessidade de se opor ao marxismo maniqueísta, da aporia da luta de classes, da mentalidade dualista, que dominou a produção do conhecimento e do intelecto crítico, pautado sobre uma racionalidade revolucionária, baseada na figura do sujeito revolucionário.

A personificação do trabalhador, dono de uma consciência de si mesmo, que se perde no horizonte do discurso de fortificação e de embate entre classes enquanto sendo a fórmula para revolução. Em uma realidade a qual, nos permite apenas a força revolucionária do pensar, é pertinente pensarmos novamente a relação entre a teoria e a prática na produção do próprio pensamento e da ação.

Daí a necessidade da retomada aos escritos marxianos, e sua revalidação da teoria do valor e do fetiche da mercadoria, frente ao capital do novo século que engendra uma divisão de classes bem mais complexa do que a divisão sociológica entre burgueses e proletariado. E que através do estabelecimento do trabalho abstrato, domina e inverte os sentidos de entendimento do real produzido, perturbando o foco da crítica radical.

Ao relacionar a teoria crítica e conjuga-la com a Geografia brasileira, pressupõe-se, elaboração de interpretações negatórias sobre as condições do humano no capital. Onde se nega o raciocínio lógico empregado e transmite outro no mesmo sentido do mesmo, em sua essência crítica, o do não conformismo com a situação de imperativos a degradação do humano – o social e o ambiental.

A negação se configura em defender que o momento histórico tido como a máxima expressão da existência da organização social como mundo moderno, e qualifica-lo em uma condição de máxima excelência da qualidade de vida humana a todos os homens que assim se organizarem, no circuito de trocas globais capitalistas, se configura como um auto engano por conta da falta de reflexão crítica a está lógica social racionalizada e racionalizante, que subjuga o humano ao monetário.

O campo da validade desta crítica, com o referencial no fetiche da mercadoria e na teoria da produção do valor, marxianos, propicia um novo espectro de discussões sobre a crítica social, incluindo a brasileira. Preponderando e reafirmando a necessidade de se estabelecer essa relação, do ponto de vista de uma dialética negativa, tomando por

base o polo negativo da contradição em sua essência dialética, desvelando a condição identitária, deste modo de produção e troca mercantil mundial.

Pensamento que se fundamenta, em Adorno; Horkheimer (1947) e Lefebvre (2008).

A elaboração desse trabalho pretende uma discussão teórica e conceitual, de também preocupar-se, sobre terminologias empregadas para o entendimento da dinâmica do capital e suas formas de efetivação na produção espacial. Do ponto de vista da simultaneidade do processo, desde sua gênese, nos deixado através do legado de Karl Marx para tal intento, e assim entender o prisma da teoria crítica radical sobre a relação capital-trabalho.

A crítica veemente de Robert Kurz (1992) e Anselmo Alfredo (2006; 2009; 2010) ao capital se faz na medida em que enquanto estudiosos das obras de Marx, se tornam também críticos do próprio marxismo.

Através do prisma da crítica, e do exercício de uma prática teórica, a fim de libertar as amarras do pensar o ser, e, como apreender as manifestações fenomênicas que reproduzem o espaço, na evolução do sistema capitalista, de sua expansão, contudo, condições extremamente novas no movimento imanente de sua efetivação no espaço, para Kurz (1992), a fim da busca de tal entendimento, não se cabe rebater modelos abstratos de sociedade, ele discute esse movimento de desenvolvimento do capital conjuntamente com o desenvolvimento do sistema mundial de produção de mercadorias, a partir da simultaneidade do processo, no Brasil e no mundo.

Requerendo a interpretação no esforço de síntese, da produção do meio ambiente concretizado na reprodução das relações sociais modernas pelo viés da sociabilidade mediada por abstrações concretas, ao que concerne a realidade do mundo no qual se vive o humano. Partindo da análise da forma organizacional desta sociedade.

Contudo então na análise da relação capital e trabalho, que domina toda a vida do humano através da consciência que se materializa enquanto fetichista e reproduz as condições específicas deste modo reprodutivo, moderno, abarca fundamentalmente, o raciocínio para um entendimento tal entre a dinâmica funcional e interativa que ocorre na formação de uma nação, a brasileira.

Remete uma análise em que a preocupação é justamente discorrer sobre o sentido e a finalidade desta formação impositiva.

2 - A teoria crítica de Robert Kurz e a Geografia brasileira

Robert Kurz é Alemão, viveu em Nuremberg, nasceu no ano de 1943 e faleceu no ano de 2012. Ao longo de seus anos de vida se debruçou em entender a razão do mal do ser estar humano na sociedade moderna que associa-se talvez aos dizeres do professor Aziz “Aos poucos, atingi a noção da organização natural do espaço em face da (des)organização humana do território” AB`SABER (p. 13, 2007) associado ao sentido crítico desse trabalho.

Foi co-fundador e redator da revista EXIT! – Kritik und Krise der Warengesellschaft, que significa – EXIT! Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria, a partir de 1987, produzindo publicações sobre os fundamentos do capitalismo através de uma crítica radical contra sua lógica, desenvolvendo a teoria conhecida como a “Crítica do valor” e a “teoria da crise”.

Publicou diversos textos digitais, como os utilizados por este trabalho e livros.

Teórico e crítico do capitalismo e da modernização, desenvolveu a teoria da crítica do valor/cizão deixada por Karl Marx, e se aprofundou no entendimento do fetiche da mercadoria para tanto, entendida por Robert Kurz enquanto a fase amadurecida do entendimento da dominação de *O Capital*.

Passou a vida realizando estudos nesse sentido e publicou em revistas alemãs, austríacas, suecas e brasileiras. Escreveu livros e artigos de seus trabalhos ao longo da década de 80 e 90, os quais despertaram forte interesse de estudiosos da sociedade e do mundo moderno em diversas áreas do conhecimento, a saber, da Geografia.

Os escritos de Robert Kurz, os quais têm sido publicados em Alemão, desde então, seus textos foram traduzidos para outras línguas, inclusive a brasileira. O primeiro livro, *O Colapso da Modernização*, data de 1991, possibilitou a interpretação

crítica ferrenha ao acirramento entre as diferenciações de classes sociais na moderna sociedade.

Desde suas primeiras publicações em Alemão e com as traduções subseqüentes, as divulgações de seus textos refletiram na leitura diferenciada da relação capital e social. Desencadeou estudos particularizados sobre os processos de modernização, consolidou uma posição crítica da sociabilidade pautada no valor, através de uma leitura que nega a racionalidade que de algum modo se enquadre em padrões que creem na ocorrência possível de um sistema capitalista de produção igualitária aos seres humanos.

Por um lado, a ideia de convergência alimentou-se daquelas teorias econômicas fundamentadas em Keynes que sustentam a necessidade inevitável tanto de mecanismos de mercado como de regulamento estatal. Tal como o Leste deveria instituir o mercado em seus direitos, o Ocidente deveria fazê-lo com o Estado. Mas essa ideia limita-se por em movimento aquele dualismo eclético que marca em muitos aspectos a moderna consciência burguesa: mercado e Estado aparecem como um matrimônio tão conflitante quanto o de indivíduo e sociedade ou de produção e circulação, economia e política etc. Aqui um momento histórico específico das sociedades modernas é interpretado em sentido ontológico, num tom conciliatório e com uma pequena dose de pessimismo. (KURZ, 1992, p. 16-17)

No entanto o que se deu não foi uma conciliação assimiladora de mercado e Estado, num processo ontológico de transformação das sociedades industriais marcadas pelas ciências naturais, mas sim um colapso histórico. Se nesse colapso não significaria simplesmente o triunfo do sistema ocidental da economia de mercado como uma formação extrínseca ao socialismo real, já falecido e enterrado sem cerimônias, e indica de fato a existência de uma base comum danificada que vai se tornando obsoleta, então essa base deve ser procurada para além tanto do paradigma da sociedade industrial como das relações entre mercado e Estado, bem como os agentes da tecnologia e das ciências naturais, uma vez posto em movimento, seguem uma lógica básica social mais profunda; a identificação desta como *sociedade de trabalho* não denomina, de modo algum, um estado ontológico fundamental da humanidade. (KURZ, 1992, p. 16-17)

Para desenvolver esta análise da dinâmica da vida moderna, posto em movimento o capital, está no centro das preocupações de seu pensamento, o ponto central da discussão teórica da formação da crítica kurziana, a relação do homem com o trabalho, através de uma análise concreta real e objetiva em relação às crises do sistema e seus meios e mecanismos de efetivação, já que esta colocada nessa relação capital/trabalho o desenvolvimento das impertinências desse sistema dominante contra o homem.

Antes de tudo é preciso reconhecer a historicidade específica de tal mediação, o que quer dizer limitá-la no espaço-tempo, não admiti-la como fundamento “natural e verdadeiro” da sociedade. Agora bem, o trabalho é ainda hoje, e mais do que nunca, a mediação radical: no processo de imposição da modernização o trabalho define a vida dos homens – “*Quem não trabalha não deve comer!*” – dizia certeira o lema surgido na fase chamada “comunismo de guerra” da Revolução Russa. Porém, a moral proletária contra o burguês embutida em tal lema volta-se contra os próprios trabalhadores. Pois quando a própria modernização nega profundamente aos homens essa condição em que os colocou, trata-se de uma contradição objetiva. [...] (KRISIS, 1999, p. 3)

Atentando para a contradição existente na suposta ontologia do trabalho arraigado as formulações teóricas positivadas das lutas operárias, baseadas a luz de uma interpretação do marxismo da luta de classes, e oposição ao trabalho, enquanto sendo uma categoria socialmente construída pela própria gênese e desenvolvimento do e a partir do capital, o autor vai ressaltar a pertinência dessas diferenciações teóricas e objetivar a pertinência em relação às crises do sistema a ser compreendidas para além de um marxismo clássico e maniqueísta, o qual consiste na aporia do marxismo da classe, produzindo assim um conhecimento ímpar sobre o capitalismo. Confrontando teoricamente o Marx da luta de classes e o Marx do fetiche da mercadoria através de uma leitura radical do capital, através da análise de seu processo histórico real de ocorrência assim como requer a própria obra de *O Capital*, em seu arcabouço – materialista, histórico e dialético.

Sua obra traduz a necessidade de uma leitura de Marx, que não o Marx da luta de classes que defende a emancipação capitalista pela luta dos trabalhadores, através de garantias de seus direitos de cidadania, a valorização da força de trabalho que são nada mais do que as mazelas fetichistas e internalizadas ao homem enquanto naturais e não puramente socialmente produzidas. Ou seja, formas de ser da lógica posta e, portanto agentes de sua perpetuação. E sim a recuperação da teoria do fetiche da mercadoria, pertinente aos estudos referente a crítica, veemente do capitalismo, de Marx, para propor formas reais concretas de superação do sistema. Para tanto, vai esclarecer o ser e o parecer ser do capital, discutido ao longo da pesquisa que se apresenta.

O trabalho abstrato, afirma Kurz, convoca toda a humanidade, porque a abolição do capital dentro do próprio capital é também o opressivo fim do sujeito histórico e surgimento do lógico bem como o surgimento da crise do trabalho. Entende, que não são ocorrências a-históricas e nem eventos independentes.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolveu-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (KRISIS apud MARX, 1999, p. 1)

A argumentação é desenvolvida pela racionalidade lógica mercadológica proveniente do surgimento do capital e seu desenvolvimento ao redor do mundo, através de uma remontagem história e dialética quanto aos estudos das instituições e categorias da estrutura capitalista, uma nova perspectiva dialética a qual desvela os processos do mundo moderno da valorização do capital enquanto finalidade única da sociedade e do homem enquanto sendo uma forma socialmente criada e internalizada, seguindo Marx (1988a; 1988b, 1988c).

Seus trabalhos obtiveram espaço entre alguns geógrafos brasileiros e a utilização de sua produção científica é entendida principalmente de duas formas diferentes, hora enquanto uma teoria crítica reducionista em relação à dinâmica do mundo da mercadoria que encerraria a discussão de revolução a luz do trabalho, a exemplo do Professor Ricardo Antunes da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Para o Grupo de estudos de Crítica ao Valor-Cisão, do Departamento de Geografia - DG da Universidade de São Paulo – USP, o LABUR – Laboratório de Geografia Urbana, a visão é outra bem diferente quanto à crítica feita por Robert Kurz a qual se esforça no sentido de lutar contra o maniqueísmo do marxismo tradicional, chamando a atenção ao fetichismo impregnado nesse discurso, de leituras positivadas na interpretação das crises do capital, e sim, reconhecendo a sociabilidade posta na forma da mercadoria, na modernização, como o processo a ser destruído em prol de uma humanidade concreta.

“O trabalho é a mediação fundamental na relação homem e natureza, pois só através dele o Homem sobrevivi”. Quantas vezes usamos este teorema, esta identidade antropológica, para fundar positivamente nossas análises? (KRISIS, 1999, p. 1)

Grupo de estudos e crítica do valor/cisão – USP:

Ao falarmos da especificidade do pensamento de Robert Kurz do nosso ponto de vista, que somos um grupo de estudos dedicado à obra do autor ao longo dos últimos dezenove anos, desde 1993, não podemos deixar de lado uma sensibilidade e empatia pessoal. Tivemos diversas oportunidades de partilhar com Robert Kurz, no Brasil e na Alemanha, a experiência do debate vivo e isso agora não pode mais

ser feito. Os seus textos ainda podem ser lidos e podem nos trazer muitas questões conforme discutiremos abaixo, mas fica a sensação de grande vazio para quem pôde experimentar a vivacidade com que Kurz respondia à realidade em nossos diálogos. Com Kurz estivemos em alguns seminários dos grupos Krisis e Exit!, fizemos trabalhos de campo pela Alemanha e pelo Brasil. Nesses momentos compartilhados pudemos perceber a maneira com que ele partia das observações particulares para sua relação com a forma totalizadora do fetiche. Essas experiências possibilitaram compreender o colapso não só em sua manifestação mais clara na periferia de São Paulo como também por trás da aparência civilizada e próspera da “riqueza” das ruas de Nüremberg. O pensamento de Kurz buscava enfrentar o maniqueísmo do marxismo tradicional, sempre marcado pela crítica da distribuição das mercadorias capitalistas, enfrentamento que permitia perceber o vazio da sociabilidade mediada por essa forma fetichista de relação que caracteriza a modernização. A perspectiva apresentada por Kurz nos permitiu questionar a crítica ao capitalismo centrada na exploração de classes e perceber a exploração de classes como fenômeno da própria forma como entendemos o sistema produtor de mercadorias. Nesse sentido as dicotomias entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre riqueza e pobreza e mesmo entre política e economia – e, se quisermos, entre cultura e economia, como sugere a questão – passavam a poder ser vistas como duas faces de um processo contraditório. Desnaturalizar a mediação da mercadoria, revelando-a como fetichismo, própria do processo de modernização, possibilitou a Kurz transitar entre temas tão diversos quanto os acima listados, não como uma generalização teórica, mas como revelação dessa mediação concreta presente em todos estes campos. Não se faz cultura sem vender cultura e vender trabalho que produz cultura. O próprio entendimento da cultura, como uma esfera autônoma da sociabilidade capitalista, foi problematizado por Kurz e apresentado em relação à modernização como um processo de autonomização e apagamento que possibilita que essas esferas autonomizadas sejam vistas de forma naturalizada e por isso a-históricas. O processo de apagamento dessas separações, quando questionado por Kurz, sugere que essas categorias só podem ser pensadas em relação ao que esse processo constitui em sua totalidade. (WOLFART, 2012, entrevista)

Para Ricardo Antunes¹:

O principal legado da obra de Robert Kurz é a agudeza, o caráter profundamente crítico que ele apresenta em relação ao sistema do capital. Ele se encontra, a meu ver, na primeira fileira dos principais críticos da economia política hoje, junto com István Mészáros, François Chesnais e David Harvey. Citei propositalmente autores que têm análises diferenciadas, mas que têm em comum uma análise crítica muito profunda do sistema capitalista e seu caráter destrutivo, quer em relação à sociedade em geral, quer em relação à destruição ambiental, ou quer, especialmente, em relação à humanidade que trabalha e se converte em supérfluo e descartável na sociedade atual.

¹ Ricardo Luis Coltro Antunes (São Paulo, 1953) é um sociólogo brasileiro. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O principal legado de Kurz, dentro dessas relações entre economia e mundo extraeconômico, é a atualização que ele fazia, com muita acuidade, do fetichismo da mercadoria. Robert Kurz era crítico em relação à teoria da luta de classes de Marx, e esse é um problema da sua obra (que explicarei mais adiante). Mas no que concerne à teoria do fetichismo da mercadoria, ele foi capaz de mostrar como há um monumental processo de mercadorização das coisas. Kurz faz uma análise muito fina e apurada do fetichismo da mercadoria, mostrando como esse processo de mercadorização acabou atingindo não só as coisas que têm forma material, mas também o espaço dos chamados bens imateriais, que frequentemente são maculados e subsumidos à lógica da mercadoria e, portanto, suscetíveis ao fetichismo. Estes dois eixos (a crítica aguda ao capitalismo e a recuperação da teoria do fetichismo da mercadoria) são, em meu entender, junto com um terceiro ponto, que é a enorme capacidade que Robert Kurz tinha de atingir o âmago do capitalismo nas suas críticas, os elementos principais da sua contribuição e da especificidade da sua obra. (WOLFART, 2012, entrevista)

A forma da crítica kurziana permite uma renovada perspectiva da crítica social e novos caminhos rumo a uma emancipação humana, através de uma discussão teórica e conceitual acerca das principais categorias do capital, Estado, Sujeito, mercado, mercadoria, dinheiro/valor e o trabalho.

Kurz criticava a economia de mercado partia da crítica categorial e da maneira como os ideais iluministas positivavam essas categorias apagando o seu caráter contraditório. Se percorrermos os textos desenvolvidos por Kurz na revista Exit!, encontraremos lá temas tão variados que qualquer especialista da universidade recusaria o autor como alguém que não tem bases para discutir tais temas. No entanto, qualquer pessoa que se permita pensar criticamente sobre a vida social capitalista é capaz de perceber a coerência com que o autor articula todas essas críticas. Dessa forma, os problemas sociais concretos, sobre os quais Kurz elaborava a crítica radical, expressavam a sua relação com categorias criticadas por ele como a economia de mercado (mercado, dinheiro, Estado, trabalho), que são desdobramento da forma social fetichista. O Estado, nesse sentido, também é tomado por Kurz como objeto concreto que não pode existir sem a mediação da forma mercadoria que possibilita a mobilização de todo trabalho que dá existência real a ele. (WOLFART, 2012, entrevista)

Ainda sobre a crítica do trabalho:

Sobre a crítica do trabalho, faz-se necessário ressaltar os debates travados com o marxismo tradicional na crítica ao capitalismo. A ontologia do trabalho, presente no marxismo tradicional, é criticada por Kurz por apresentar uma visão evolucionista da sociedade capitalista, como momento positivo da história humana e como pressuposto para uma emancipação entendida em sentido genérico. A emancipação discutida por Kurz é de uma forma social historicamente determinada, das relações capitalistas, não se confundindo com um

paraíso na terra. Ao contrário dessa visão ontológica, Kurz propõe a interpretação do trabalho considerando a historicidade dessa categoria, fundamentalmente moderna. Para Kurz, é impossível constituir uma perspectiva crítica no sentido de uma superação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil sem criticar o fundamento dessa sociabilidade que é o trabalho. (WOLFART, 2012, entrevista)

O legado deixado por Robert Kurz desencadeou a abertura de diálogos e debates, através do prisma da teoria crítica enquanto meio para se reconhecer e entender a dinâmica da sociedade moderna, a lógica do capital e suas formas manifestas de ser e do parecer ser, ou seja, suas formas fetichizadas e reais, em pleno século XX e XXI, contrapondo leituras positivadas e negativadas do sistema, aceitando a pertinência de uma crítica negativa em oposição a interpretações positivas sobre o sistema. Na Geografia brasileira encontrou espaço para se repercutir, posta a temática em questão, sobre homem e meio, sociedade e natureza, abarcando questões referentes ao desenvolvimento da sociedade e do mundo moderno.

3 – Pressupostos

O Brasil já nasce moderno. Essa afirmação articula um vasto campo reflexivo sobre o que se configure, em primeiro plano, a ser o moderno.

Neste trabalho o referencial é balizado através da publicação de Alfredo (2006):

Pontuar o início do que se denomina mundo moderno certamente nos traz uma tarefa de difícil realização. A divergência sobre tal gênese é passível de apreciação na pluralidade de momentos históricos mencionados como ponto de partida disto que se constituiu como processo. (ALFREDO, 2006, p. 54)

O próprio (*logos*), a razão grega, para citarmos um quadro o mais exponencial destas distinções, já foi considerado historicamente possível na medida em que relações modernas permitam pensar o mundo de forma abstrata. Deste ponto de vista, formas de sociabilidade modernas se expressam na desmitologização do mundo grego como razão filosófica. Alfred Sohon Rethel (s/d), apontou tal possibilidade – da razão abstrata como expressão da gênese da modernização – como resultante de relações que se davam num mundo já monetarizado, ainda que circunscrito, constituindo, o dinheiro, não só uma abstração, mas também uma necessidade de se estabelecer o pensamento abstrato como integrado a reprodução desta sociabilidade. (ALFREDO, 2006, p. 54)

“Explicamos que os conceitos filosóficos puros ganharam forma historicamente no caminho pelo dinheiro, e vemos nesta opinião a alternativa histórico – materialista à tradição histórica – espiritualística do idealismo, que quer explicar a gênese dos conceitos pelo caminho do pensamento” (ALFREDO, 2006, p. 54 apud SOHON-RETHEL, s/d, p.44). Deste ponto de vista, a relação entre as comunidades e a natureza não mais se estabelece de forma direta, mas pela troca e pelo dinheiro. O pensamento abstrato se faz presente enquanto razão filosófica. O metal monetário aponta-se, neste contexto, como condição e resultado genético de uma sociabilidade abstrata e, sob a perspectiva do autor, moderna. (ALFREDO, 2006, p. 54)

Continuando, nos próprios termos do autor frente à complexidade da apresentação que continua:

O fato é que, mesmo de forma nunca evolutiva ou linear, mas com interrupções, recuos, saltos, violências explícitas ou incorporadas com naturalidade – expressão de contradições internas e externas às realidades postas – a realização de uma sociabilidade estabelecida por parâmetros e medidas abstratas, constituindo a própria abstração como elemento e medida do processo, como identidade contraditória daquilo

mesmo que se faz como moderno, estabelecendo-se, temporal e contraditoriamente, através da incorporação de uma materialidade renovada e redobrada sobre si como acumulação – não se trata aqui da acumulação capitalista, ao que pese a sua importância no decorrer desta exposição – Acumulação de temporalidades, de relações, de objetos, de experiências que, mantidas ou não neste aqui e agora como conhecimento das mesmas, integram, como síntese, a dinâmica deste *isto é como isto sendo*. Assim, pode delinear, do ponto de vista da análise, momentos deste redobrar sobre si do que temos, por hora, considerado como acumulação. (ALFREDO, 2006, p. 54)

Um outro momento definido como gênese do mundo moderno se refere as grandes navegações, que passam a ser consideradas, sob diferentes enfoques, senão uma das gêneses do mundo moderno, ao menos um dos momentos deste redobrar sobre si de um processo modernizante, a partir das quais, o gestar de uma nova realidade passa a se apresentar como dinâmica presente em seu devir, síntese contraditória expressa em sua versão temporal. (ALFREDO, 2006, p. 54)

Em consonância com O Capital, volume II, capítulo XXV, sobre a expropriação do trabalho do próprio trabalhador, capítulo designado como A Teoria da Colonização, especificado a definição em sua nota de rodapé na página 285, Marx (1988b), tratar-se da constituição das verdadeiras colônias, “terra virgem que é colonizada por imigrantes livres”.

Neste capítulo:

Entretanto, não nos ocupa aqui a situação das colônias. O que nos interessa é o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo e proclamado bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador. (MARX, 1988b, p.292)

Dito isto, segue-se os reais sentidos mundanos da colonização. Sobre qual finalidade se deu a formação do Brasil, por se enquadrar a realidade da colonização na América. Resguardado as diferenças de localização e de escalas.

A Economia Política confunde por princípio duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Ela esquece que a última não apenas forma a antítese da primeira, mas também cresce somente sobre seu túmulo. (MARX, 1988b, p.285)

Continuando na fala do próprio autor:

As coisas são bem outras nas colônias. O regime capitalista choca-se lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de

suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos afirma-se aqui praticamente na luta entre eles. Ali onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio. O mesmo interesse, que faz o sicofanta do capital, o economista político na metrópole, tratar teoricamente o modo de produção capitalista como se fosse seu oposto, esse mesmo interesse impulsiona-se aqui *to make a clean breast of it* e a proclamar bem alto a antítese entre os dois modos de produção. Para este fim ele demonstra que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital. No interesse da assim chamada riqueza nacional ele procura artifícios para produzir a pobreza do povo [...]. O grande mérito de E.G. Wakefield não é ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole. Como o sistema protecionista em suas origens ambicionava a fabricação de capitalistas na metrópole, assim a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra durante certo tempo procurou pôr em prática legalmente, ambicionava a fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. Isso ele denominava *systematic colonization* (colonização sistemática). (MARX, 1988b, p.286)

Evidente a necessidade da existência das colônias, da articulação mercantil, para a efetivação da acumulação, para a existência do próprio capital. Estabelecendo, portanto, um único circuito interligado em seu modo operacional, do mesmo sistema capitalista requerida na relação centro - periferia.

“De início, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas.[...] exportação das relações inglesas de produção [...]” (MARX, 1988b, p.286)

Marx esclarece em sua nota de rodapé sobre a relação descrita acima, o germe da sociabilidade posta na forma mercadoria, referente à coisificação do homem e as mediações abstratas sem conteúdo sensível e, portanto alheio a sua natureza, sendo imposta através da violência do processo civilizatório neste momento modernizante em que o homem teve de aprender a trabalhar, para o autor, o início da miséria a qual se estende ao nível de nação:

Um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo, Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina para afiar

algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar. [...]. O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.² (MARX, 1988b, p.286)

Assim se estrutura a secularização da fetichização do mundo real. Instaurado o trabalho abstrato e internalizado no ser social, a sociabilidade tão logo é igualmente abstrata, se limita a produção de mercadorias enquanto a forma de mediação por princípio, meio e fim da sociedade no mundo moderno. Manter sempre a produção do valor e da acumulação de metais, que não são nada preciosos fora desta lógica irracional. Irracional na medida em que funde a consciência do sujeito o qual não se percebe os limites entre Estado, sociedade e ele mesmo. Não consegue alcançar-se para além desta realidade mundana da produção e valorização da mercadoria.

Reforçada a realidade da instauração de uma situação amplamente nova posta em movimento pela primeira vez conhecida na História, a sujeição do homem ao trabalho desprovido de significado sensível a ele, nos diz Marx:

[...]Sabe-se: meios de produção e subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital. Eles tornam-se capital apenas sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e de dominação do trabalhador. [...] (MARX, 1988b, p.286)

Então o Brasil neste contexto é encontrado e colonizado. Agora se coloca a relação contraditória posta entre as formas de ser do capital nos países centrais e na periferia do sistema, entendido através da figura das colônias.

Ponto importante da reflexão quando agora se coloca a confusão e a dificuldade de pensar e escrever sobre a formação do Brasil.

Ao que se pese o risco da complexidade reflexiva, cabe dizer que embora Marx (1988a; 1988b; 1988c) estivesse interessado em escarafunchar o capitalismo clássico europeu, ele acabou desenvolvendo a explicação de todo o complexo atuante da dominação aqui e acolá. Isto significa entender que, ainda que no Brasil das terras virgens, a função da nova terra e o conteúdo de suas instituições sociais pós-descobrimto já estavam estabelecidas a priori, ainda que as formas fossem apenas constituídas a posteriori.

Para tanto, parte-se do princípio de que o Brasil já nasceu moderno do ponto de vista da instauração desde o início de seu povoamento a consciência fetichizada da

² Nota de rodapé de MARX, Karl, 1988b, p.286. MARX, Karl. "Lohnarbeit und Kapital". In: N[eue] Rh[einische] Z[eitung] n° 266, de 7 de abril de 1849.

produção do mundo da mercadoria, e que para, além disto, é evidente que o sentido único apriorístico existente na relação metrópole colônia é a de expropriação do trabalho do trabalhador, a gênese da miséria. Momento do Estado nacional nos moldes capitalistas de produtividade e afastado de um estado de natureza humana selvagem.

Aqui o fundamento da pobreza e da miséria deste novo mundo se aprofunda na medida em que a produção se afasta de seus produtores.

Este princípio único fundador da consciência de nação é que nos serve, por hora, na análise da formação brasileira.

A partir de então a maneira contraditória como se deu essa relação torna indispensável compreensão da consciência arraigada ao ser, de nós mesmos. O que não se trata dizer que aqui se coloca a discussão do senso dos contrários e da dialética dual pressuposta pela crítica literária brasileira, pois estamos pensando a crítica para além de elementos estéticos de estilos literários.

A dificuldade é igualmente extensível ao tratar dos discursos políticos de desenvolvimento no país, ao que tange o discurso conciliatório que dirá sobre a eventual possibilidade de eliminar a miséria, a pobreza de certa parcela do povo, dizendo da igual distribuição de bens a toda população. Como seria isso possível, se como já descreveu Marx (1988b), sobre o cerne da miséria e da fome nas colônias estar atrelada ao seu próprio surgimento, especificamente através da imposição do trabalho abstrato?!

Ora, se pensa, se o Brasil já nasce moderno então como se coloca a realidade da escravidão colonial se o sistema de produção capitalista necessita do trabalho livre e assalariado? Pois bem. Aqui está a necessidade de entender como a descrição de Marx (1988c) nos esclarece isto.

Primeiro, a efetividade do sistema já se encontra reposta uma vez que já arraigou o condicionamento lógico a razão da consciência do indivíduo e o trabalho já foi expropriado, em sendo assim, a escravidão colonial é um momento específico e não permanente.

Sim, o instinto de auto-expropriação da humanidade trabalhadora em honra do capital existe tão pouco que a escravidão, mesmo segundo Wakefield, é o único fundamento naturalmente desenvolvido da riqueza colonial. Sua colonização sistemática é mero *plis aller*, já que ele tem de se haver com livres em vez de com escravos.' (MARX, 1988b, p.287)

Na colônia, por se tratar de terras “virgens” as condições necessárias para o capital ainda não foram instaladas, a efetivação do mercado interno e externo, foram constituídos desde o primeiro momento do descobrimento forçosamente.

Viu-se: a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base de produção capitalista. A essência de uma colônia livre consiste, pelo contrario, em que a maior parte do solo ainda é propriedade do povo e cada povoador, portanto, pode transformar parte dele em propriedade privada e em meio de produção individual, sem pedir aos povoadores que cheguem depois de executarem essa mesma operação [...]. (MARX, 1988b, p.287)

Continuando:

“Visto que nas colônias a separação do trabalhador das condições de trabalho e de sua raiz, a base fundiária, não existe ainda, ou apenas esporadicamente ou em escala limitada demais, não existe também a separação entre agricultura e a indústria, nem a destruição da indústria doméstica rural, [...]. (MARX, 1988b, p.288)

E assim se fez o Brasil. Através desse processo violento da civilização. A qual só foi possível após o estabelecimento do trabalho moderno no centro Inglês e importada as colônias. Um modelo específico de vida que ainda não existe aqui passa a se instalar.

Estabeleceu-se aqui desde o princípio firmador de suas estruturas organizativas, portanto uma forma específica de ser da contradição das formas de ser do capital periférico, formado o pólo negativo da contradição nesta dialética da simultaneidade do circuito. ALFREDO (2010, p. 54 - 61)

Ou seja, toda riqueza arrancada do solo brasileiro serviu para enriquecer o europeu enquanto que na terra dita paraíso se desenvolveu de fato as reais premissas capitalistas as quais promovem degradação social e ambiental através da sociedade monetarizada desprovida de dinheiro³.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial as peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o

³ CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida. São Paulo: Editora 34 e Duas Cidades, 2001. A través da condição do modo de vida do caipira entende-se a condição periférica do sistema produtivo capitalista, a situação de sociedade monetarizada desprovida de dinheiro; (2001, p. 21-44).

mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1988b, p.275)

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem -se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potencia econômica. (MARX, 1988b, p.275-276)

Sobre o sistema colonial cristão, um Homem que faz da cristandade uma especialidade, W, Howitt, diz: (MARX, 1988b, p.276)

“As barbaridades e as atrozidades crueldades das assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todo o povo que puderem subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal, em nenhuma raça, por mais selvagem e ignorante, por mais despida de piedade e de vergonha que fosse.” (MARX, 1988b apud HOWITT, 1838, p.276)

Sobre a violência do processo civilizatório:

O tratamento dos nativos era naturalmente o mais terrível nas plantações destinadas apenas à exportação, como nas Índias Ocidentais, e nos países ricos e densamente povoados, entregues a matança e à pilhagem, como no México e as Índias Orientais. No entanto, mesmo nas colônias propriamente ditas não se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Aqueles protestantes austeros e virtuosos, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram, em 1703, por resolução de sua *Assembly*, um prêmio de 40 libras esterlinas para cada escalpo indígena e para cada pele-vermelha aprisionado; em 1720, um prêmio de 100 libras esterlinas para cada escalpo [...]. O Parlamento britânico declarou sabujos e escarpelamento como sendo “meios, que Deus e a Natureza colocaram em suas mãos”. (MARX, 1988b, p. 277)

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluiu à metrópole e transformava-se em capital. [...] (MARX, 1988b, p. 277)

A fome a miséria das nações:

A Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, como se sabe, além do poder político nas Índias Orientais, o monopólio exclusivo do comércio de chá assim como no comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. Mas a navegação costeira da Índia e entre as ilhas bem como o comércio no interior da Índia

tornaram-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. Os monopólios de sal, ópio, bétel e outras mercadorias eram minas inesgotáveis de riquezas. Os próprios funcionários fixavam os preços e esfolavam a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governo geral tomava parte nesse comércio privado. Seus favoritos obtinham contrato sob condições em que, mais espertos que os alquimistas, do nada faziam ouro. Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos, a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim se quer. O processo judicial de Warren Hastings está repleto de tais exemplos [...] Entre 1766 1770, os ingleses fabricaram uma epidemia de fome por meio da compra de todo arroz e pela recusa de revendê-lo, a não ser por preços fabulosos. (MARX. 1988b, p.276 - 277)

Descrito a simultaneidade do sistema ao redor do mundo por sobre qualquer pedaço de terra que os homens civilizados encontraram, se produz a lógica imanente da produção de mercadorias através da imposição do trabalho digno e humano descritos até o momento através deste processo civilizatório da modernidade. Pressupostos a partir desta historiografia da humanidade.

Tomando por base então, que o moderno surge a partir, ainda que em estagio embrionário, do século XV na Europa, no contexto dos grandes navegações:

Sistema colonial, dívidas do Estado peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria. O nascimento desta última é declarado pelo grande raptio herodiano de crianças. Como afrota real, as fábricas recrutam por intermédio da imprensa. Por *blase* que sir F. M. Den seja frente aos horrores da expropriação do povo do campo de sua base fundiária, desde o ultimo terço do século XV até sua época, o fim do século XVIII, por mais que vaidosamente se congratule por esse processo ser “necessário” para “estabelecer” a agricultura capitalista e “a verdadeira proporção entre a terra para lavoura e para pastagem”, ele não revela entretanto, a mesma compreensão econômica da necessidade do roubo de crianças e de sua escravização para a transformação da empresa manufatureira em empresa fabril e o estabelecimento da verdadeira relação entre capital e força de trabalho [...]. (MARX, 1988, p.280, v. II)

Ainda que nessa passagem e neste momento de seu texto ele esteja problematizando a questão do uso de mão de obra escrava infantil Inglesa para a acumulação nos Estados Unidos, em MARX (1988b, p. 278 - 281).

Torna-se possível uma datação histórica do ponto de partida da dita simultaneidade do escárnio civilizatório e da implantação do Estado – Nação, que significa, ainda que não tenha ficado evidente:

O sistema de crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhes de estufa. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado – se despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é – sua dívida de Estado. Daí ser totalmente consequente a doutrina moderna de que um povo torna-se tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital. E com o surgimento do endividamento do Estado, o lugar do pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, é ocupado pela falta de fé na dívida do Estado. (MARX. 1988b, p.278)

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usuária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois assoma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação – como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu – a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. (MARX. 1988b, p, 278)

Neste momento tem-se o panorama específico do desenvolvimento brasileiro do ponto de vista da simultaneidade do processo, o qual no caso brasileiro aparece através do processo de urbanização entendida através de LEFEBVRE (2008):

Enquanto forma, o urbano tem um nome: é a simultaneidade. Essa forma coloca-se entre as formas que se pode estudar discernindo-as de seu conteúdo. Pode-se muito diverso o que a forma urbana reúne e torna simultâneo. Tanto são as coisas como pessoas, quanto signos: o essencial é a reunião e a simultaneidade. (LEFEBVRE, 2008, p.85)

Neste trabalho não cabe à discussão da existência do feudalismo no Brasil⁴.

Embora se tome emprestado o modelo de desenvolvimento do capitalismo clássico, na Inglaterra, aqui o processo não é avaliado como uma cópia xérox deste desenvolvimento.

⁴ Ver em OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007; (2007, p. 1 – 185). Esquema da organização em modelo de feudo, encontra-se na p. 15.

As etapas, engendradas pelo capital, para sua gênese lá na Europa, contrasta com as formas desenvolvidas por aqui. Sendo este o ponto talvez necessário de ressaltar a pertinência de encarar a instauração do governo geral nacional a fim de reforçar a não tomada de uma avaliação etapista do processo, e nem evolutiva⁵, mas sim como algo que se assemelhe mais a uma patologia genética do sistema. A imposição do trabalho e da dinâmica produtiva e reprodutiva da sociedade urbana brasileira.

⁵FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983; (1983, p. 7 – 19). Ainda na p. 139 – 238, referente a ações de práticas econômicas, na política nacional, frente a realidade de subdesenvolvimento.

4 - Questão de Método

A proposição é reflexiva na análise a qual se fundamentada sobre, categorias, filosófico – analíticas, o moderno, o espaço, a produção e o sujeito. Buscando o entendimento das formas reais de dominação no homem pelo próprio homem que se efetiva no humano, ou seja, as condições da existência humana no intelecto⁶ e no mundo moderno, concreto e real, que é o capital e a consequente imposição do trabalho nestes moldes, arraigado no si, do ser, na composição desta realidade. Entendendo a mediação e a sociabilidade a serviço da produção das relações sociais de produção. ALFREDO (2006, p. 55- 58)

Pensando dialeticamente, a efetividade da dominação do modo único produtivo, arraigado ao ser, do mundo moderno posto em movimento através da gênese do capital, trata-se tão logo de pensar o trabalho dialeticamente. E em ensejando a referida dominação, pensar inclusive o ser no espaço. Para tanto, admitindo o pensamento geográfico crítico na apreensão do real, pela obra marxiana, em que nos diz respeito sobre uma inter-relação às ciências humanas e sociais na captação dos sentidos dos fenômenos⁷ espaciais. Utilizando-se da lógica da produção da mercadoria a qual objetiva material e historicamente a História da humanidade na produção da sociedade moderna. MARX (1988c, p. 245 – 250)

Entre a dialética e a lógica que fundamentam o pensamento e o ser no espaço, perpassando para tanto, através do entendimento da pertinência dos conceitos para se entender a realidade do mundo em questão, através da negação do estado positivo⁸ da situação de dominação da materialidade concreta no espaço. ALFREDO (2009, p. 382 - 404)

Com a finalidade última de se conjugar a realidade brasileira ao caso frente à formação de suas instituições, entendidas pela produção do espaço e da reposição das

⁶ ADORNO, W.T; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento; (1947, p. 05-22).

KANT, E. Crítica a razão pura; (2001, p. 4-25, prefácio).

⁷ KANT, E. Crítica a razão pura; (2001, p. 4-25, prefácio).

⁸ ADORNO, W.T; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento; (1947, p. 05-22).

relações sociais de produção mundializadas, de que nos escreve Lefebvre (2008) sobre a forma do urbano⁹.

Então se pensa sobre o fazer ciência:

Aristóteles justamente já teria percebido que a dialética platônica só se comprometia com a certeza em última instância - o que conferia ao platonismo sua inquietação permanente e sua flexibilidade, deixando-o, porém, sob a constante ameaça do relativismo. O projeto aristotélico torna-se, o de forjar um instrumento mais seguro para a constituição da ciência: o *Organon*. Nele a dialética é reduzida à condição de exercício mental que, não lidando com as próprias coisas mas com as opiniões dos homens sobre as coisas, não pode atingir a verdade, permanecendo no âmbito da probabilidade. Essa concepção da dialética como uma “ginástica do espírito”, útil como fase preparatória para o conhecimento, mas incapaz de chegar à certeza sobre as coisas, justifica a concepção aristotélica da história e, em particular, da história da filosofia: a história – inserida no domínio da dialética – é útil e indispensável na medida em que conduz à sua própria superação, quando o provável se transforma em certeza. (PESSANHA, 1987, p. 14)

Para se atingir a certeza científica e construir um conjunto de conhecimentos seguros, torna-se necessário, segundo Aristóteles, possuir normas de pensamento que permitam demonstrações corretas [...]. O estabelecimento dessas normas confere a Aristóteles o papel de criador da lógica formal, entendida como a parte da lógica que prescreve regras de raciocínio independentes do conteúdo dos pensamentos que esses raciocínios conjugam, [...]. Eis por que as *Categorias* abrem o *Organon* com pesquisas sobre as palavras, procurando inclusive evitar os equívocos que resultam da designação de coisas diferentes através do mesmo nome (homônimo) ou da mesma coisa por meio de diversas palavras (sinônimos). (PESSANHA, 1987, p. 14 – 15)

No presente trabalho existe a preocupação com a utilização dos próprios termos envolvidos na pesquisa, para além de uma preocupação em designar como e quais autores a estão utilizando, resguardando também na medida em que pese a preocupação¹⁰, pois:

Aristóteles concorda com Platão ao considerar que só pode haver ciência no universal. Mas o conhecimento do universal e necessário implica a consciência das razões que tornam necessária uma determinada afirmativa. Essa necessidade torna-se evidente apenas quando se apresenta a explicação daquela asserção, isto é, quando se mostra sua causa. O encadeamento rigoroso de proposições, de modo a exprimir um raciocínio que pretenda concluir por uma afirmativa

⁹ LEFEBVRE, H. O direito a cidade; (1991, p. 85-91).

¹⁰ Ver ALFREDO, A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: Sobre espaço tempo e modernização; (2009, p. 405-413).

necessária, é o que Aristóteles investiga nos *Analíticos*. (PESSANHA, 1987, p. 15)

[...] A lógica, para não ficar restrita ao domínio das palavras e para atingir a realidade das coisas – constituindo um instrumento para a ciência da *realidade* – remete, portanto, a especulações metafísicas. As definições buscadas pelo conhecimento científico não devem ser simples esclarecimentos sobre o significado das palavras, mas sim enunciar a constituição essencial dos seres. Definir “homem” como “animal racional” significa, para Aristóteles, mostrar um liame necessário que no caso da espécie “homem”, liga determinado gênero (“animal”), o mais próximo daquela espécie, à diferença específica (“racional”). [...]. (PESSANHA, 1987, p. 16)

Neste sentido, temos a crítica como a própria forma específica da lógica, permissível às reflexões que se seguem, mantendo sempre a dialética como a maneira de pensar sobre a realidade dos fatos e dos atos no mundo concreto permeado por abstrações de que nos fala Alfredo (2006; 2009). Arraigados ao sujeito, logo as determinações de se pensar sobre o próprio ser. A primeira necessidade se expressa em desvendar tal realidade objetivada.

Elementos da poética aristotélica se fazem presentes e audíveis para se pensar hoje o mundo descrito através da palavra escrita sobre o fazer científico, no sentido do pensamento crítico radical que se pretende alcançar ao longo da exposição. Prova disto se encontra em Kurz (1992), ao falar do *ethos* em nossa sociedade. Desencadeando um processo de inquietação ao se pensar sobre a condição e a dimensão que o trabalho assumiu para o capital. Tornando-se uma categoria central para desencantar a concretude deste modo de produção dominante do, e, no sujeito moderno.

Em sendo assim, tratando da relação capital-trabalho na sociedade moderna, através do materialismo histórico e dialético, entendido pelo negativo¹¹ do ponto de vista filosófico – analítico, o qual ao tomar o pólo negativo da contradição à base que permite uma crítica categorial, a estrita relação que se coloca como mediação da sociedade de trocas no moderno, a abstração, através da sociabilidade imposta por estas trocas mercantis, que engendraram nas relações sociais e naturalizam a produção da forma valor, arraigado - o a consciência do sujeito, a esta ideia de naturalidade existencial das condições por ele, o sistema capitalista, especificadas.

¹¹ ADORNO,W.T; HORKHEIMER,M. Dialética do Esclarecimento; (1947, p. 05-22). Para se tornar inteligível a diferenciação recorrente entre leituras interpretativas positivadas sobre o modo de produção capitalista.

Através da forma simultânea deste processo de produção da mercadoria, que se configura igualmente seu fetiche¹², este o modo pelo qual a sociedade moderna é subjugada a este sentido de dominação. MARX (1988c, p. 247 – 250)

A transmutação do fetiche se expressa na forma de ser da própria relação sujeito e objeto, em que o sujeito se funde com o objeto. Tão logo embaralha o entendimento humano sobre a realidade concreta. ALFREDO (2009, p. 382 – 404)

Henri Lefebvre destaca a potencia das mediações porque se constituem como elementos fundamentais da reprodução social moderna. Em sua análise sobre as *abstrações concretas* observa que as mediações se destacam também pela capacidade que adquirem um “*embaralhar*” o fim e o meio, o original e o terminal. Neste sentido, ganham relevância primacial na reprodução e posição da modernidade. (ALFREDO, 2006, p. 56)

Coloca-se para tanto, a necessidade de voltar e distinguir, ao menos tentar no exercício do pensar, sobre a ortodoxia do materialismo histórico e dialético clássico o qual não compreendeu a simultaneidade do processo de modernização depreendido contra toda a sociedade na era moderna, imputada pelo movimento de seu devir, no seio do processo civilizatório do mundo, dado pela imposição do trabalho concreto e abstrato. No contexto dos fatos histórico das grandes navegações, esta forma de dominação da razão/racionalidade do homem. Não propicia uma crítica categorial já que todo o movimento revolucionário se pretende superar o sistema sem atacar de fato suas bases fetichistas e alienadoras, ou seja, não atacam, não referendam a crítica ao ponto específico de focar no problema que é perpetuar o trabalho moderno. KURZ (1992, p. 27 - 62)

Como na citação anterior acima de Alfredo (2006), vê-se a perturbação do foco crítico. E:

Neste ponto, Marx é fundamental ao mostrar que o processo de constituição de uma nova sociabilidade, talvez por o ser a moderna, se faz sob um plano temporal em que as rupturas aparecem como elos determinantes de um devir cuja particularidade se contradiz na medida em que, ao menos enquanto sentido, se faz enquanto reprodução de si mesmo. (ALFREDO, 2006, p. 55)

Tais rupturas o são não só no âmbito daquilo que se estabeleceria como reprodução pré-moderna da totalidade comunal, mas, também

¹²ALFREDO, Anselmo. O mundo moderno e o espaço: Apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre; (2006, p. 53-79).

Idem. Crise Imanente, Abstração espacial. Fetiche do capital e Sociabilidade crítica; (2010, p. 37-62).

Idem. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização; (2009, p. 405-413).

como elos (contradição nos próprios termos?) que estabelecem a possibilidade própria do moderno e da modernização. Do *moderno*, enquanto modo de ser e de se interagir socialmente no mundo da mercadoria e da *modernização*, enquanto potencia que o trabalho adquire como o desenvolvimento das forças produtivas, não desconsiderando a incorporação de um pelo outro. A exposição sobre o mundo moderno Henri Lefebvre contribuirá para a compreensão deste inteiro entre moderno e modernização. (ALFREDO, 2006, p. 55)

A tese, segundo a abordagem aqui expressa, posta em *A assim chamada acumulação primitiva*, exposição histórica de uma realidade determinada pelas formas lógicas de pensamento que se instituem como formas de sociabilidade - a abstração como medida e identidade da reprodução social como acumulação, nos termos mais acima expostos - se faz conduzida sobre a lógica das separações, cisões. Não se trata, portanto, da exposição de como se deu no tempo a realização daquilo que para Marx passa a se constituir como moderno e a modernização. (ALFREDO, 2006, p. 55)

Ou seja, os fragmentos acima nos dizem como o pensar condicionado na doutrina clássica não nos permita ir além, na reflexão, sobre o que venha a ser o moderno, já que o foco da crítica fica nebulosa, dependendo da interpretação do pensar, em recorrência do que venha a ser o ser do trabalho no mundo moderno, e ,seu papel no processo civilizatório da modernização, esteja ela agindo no canto do espaço onde estiver. KURZ (1992, p. 13 - 25)

Encontra-se no plano de uma metafísica entre matéria e abstração, a busca pelo des-embaralhar da consciência, como já diz o legado marxiano em sua essência, frente ao método interpretativo da dialética negativa que se pauta a presente pesquisa. Na proposição analítica do trabalho, esta passagem serve para preponderarmos sobre a pertinência do estudo dos sentidos os quais transgridam o limiar de uma lógica formal cartesiana. Reavivando um pensar entre a existência do meio físico e o humano, se tratarmos o espaço enquanto referido e posicionado em Alfredo (2006, p. 63 - 75)

O processo simultâneo posto em movimento, de dominação do homem pelo capital desde sua gênese clássica e europeia, alterou, a relação Homem e Natureza. É pressuposto que esse movimento, seja designado enquanto sendo, é, para a devida compreensão:

Desde o começo, no século VI a. C., a especulação filosófica grega se ocupou do problema do movimento. Enquanto Heráclito de Efeso afirmava a mudança permanente de todas as coisas, Parmênides apontava a contradição que existia entre noção de ser e a noção de movimento. Essa contradição Aristotélica pretende evitar através da interpretação analógica da noção de ser, que lhe permite fazer uma distinção fundamental: ser não é apenas o que já existe, em ato; ser é

também o que pode ser, a virtualidade, a potencia. Assim, sem contrariar qualquer princípio lógico, poder-se-ia compreender que uma substancia apresentasse, num dado momento, certas características, e noutra ocasião manifestasse diferentes características: se uma folha verde torna-se amarela é porque verde e amarelo são acidentes da substancia folha (que é sempre folha, independente de sua coloração). A qualidade “amarelo” é uma virtualidade da folha, que num certo momento se atualiza. E essa passagem da potencia ao ato é que constitui, segundo a teoria de Aristóteles, o movimento. (PESSANHA, 1987, p. 19)

Significa entender que as qualidades lógicas formais não são alteradas em oscilação de suas potencialidades ao longo da história. Pensando a história no período da era moderna, ou seja, a partir da efetivação do capital o qual rompe com a lógica histórica e impõem a lógica mercadológica - essa discussão será articulada em um capítulo posterior específico a problemática, cabe por hora somente cita-la, subverteu o sentido e a finalidade das instituições sociais, uma vez que a própria relação com a natureza se alterou. LEFEBVRE (2008, p. 106 – 145)

O movimento em seu devir apresenta a possibilidade enquanto forma de análise, do caráter da reprodução das relações sociais no moderno que se desenvolvem como a potência de fato, ainda que não manifestado. Quanto ao entendimento da interpretação do sentido de dominação do modo de produção capitalista, através do estudo das formas, ao alterar e objetivar o ser, está objetivando suas formas de ser das relações sociais manifestas na produção do espaço. CARLOS (2008, p. 249 – 263)

Logo, a essência exploratória, não se altera independente das formas manifestas de sua maneira de ser em cada país, e independentemente, do período temporal o qual se coloca após o ponto de partida, ela já está introjetada a estrutura do raciocínio do próprio ser, sujeito, a priori, enquanto finalidade de si a si mesmo, estimulando a marca de uma sociedade auto reprodutora, Kurz (1992).

Em Adorno; Horkheimer (1947) o foco explicativo do plano em sentido metafísico, da des - acomodação dos sentidos que referendam um pensamento em busca de um fazer científico, de entender, os caminhos da humanidade contemporânea não de um prisma a – temporal e fragmentária sobre o espaço produzido, bem como em Alfredo (2009). Se coloca como literatura pertinente até por decorrência do modo de seu fazer científico sobre a temática do nacional que conjumina ao desenrolar do modo de produção capitalista, com elucubrações e explicações mais recentes do que os tempos em que *O Capital* – neste caso todos os livros – foi escrito. Transmitindo o saber da

leitura marxiana que se coloca como impreterível a crítica da sociedade produtora de coisas.

Traduzindo a realidade da simultaneidade histórica posta em movimento da dominação humana desde tempos mais remotos, de como se desenvolveu a racionalidade neste sentido nacionalista¹³.

Problematizando tão logo a visão ontologizante da história¹⁴.

Sobre a dialética negativa, audível a articulação, e inteligível a aceitação na denotação, aos esforços sociais ocorridos nas organizações intelectuais, sejam elas, organizações sociais e políticas, modernas, nos permite, adequar a realidade alheia, não tão alheia assim, a qualquer nação:

Não nos agarramos sem modificações a tudo o que está dito no livro. Isso seria incompatível com uma teoria que atribui a verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo de imutável. O livro foi redigido num momento que já se podia enxergar o fim do terror nacional – socialista. Mas não são poucas as passagens em que a formulação não é mais adequada à realidade atual. E, no entanto, não se pode dizer que, mesmo naquela época, tenhamos avaliado de maneira excessivamente inócua o processo de transição para o mundo administrado. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p.1) No período de grande divisão política em dois blocos colossais objectivamente compelidos a colidirem um com o outro, o horror continuou. Os conflitos no Terceiro Mundo, o crescimento renovado do totalitarismo não são meros incidentes, históricos, assim como tampouco o foi, segundo a “Dialéctica”, o fascismo em sua época. O pensamento crítico, que não se detém nem mesmo diante do progresso, exige hoje que se tome partido pelos últimos resíduos de liberdade, pelas tendências ainda existentes a uma humanidade real, ainda que apareçam impotentes em face da grande marcha da história. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p.1)

Ora se não nos cabe falarmos claramente e objetivamente do problema que é nas ciências humanas, com suas teorias sociais, econômicas e culturais em suas mais distintas formas, não admitir a intrínseca relação transcorrida entre estado, nação e levantes sociais, ou seja, entre o estado e o sujeito, agentes que perpetuam o sistema sem nem ao menos perceber tão fatalidade.

Competente a análise que desvela como se formou, no leste europeu, a mentalidade do estado fortificado, a expressão de uma realidade da luta que aprofundou

¹³ Ver ALFREDO, A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização; (2009, p. 405-413).

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar; (2000/2003, p. 11-31).

¹⁴ KURZ, Robert. A ruptura ontológica; (2007, p. 153-167).

as desigualdades sociais em diversas escalas, entre o local e o global em Kurz (1992). Em momento histórico algum, os levantes socialistas questionaram o modelo de arranjo produtivo monetário, apenas o perpetuaram e o elevaram a um estágio superior do circuito econômico mundial desta produção do espaço. Reforçaram a competitividade entre as nações e mantêm a perpetuação do capitalismo.

Tomado em sua perspectiva apriorística arraigada no sujeito, a confusão no entender consciente a diferenciação do trabalho abstrato e o sensível e as consequências disto, se pressupormos dentro de certa medida falar numa metafísica enquanto uma autonomia metodológica, que ditará o método científico, na produção desta ou daquela pesquisa, no sentido de que “Nós acreditamos que a Geografia, mais que qualquer outra ciência, é um trabalho de filósofo” nos escritos de MORAES; COSTA (1999, p. 13) tem-se o caminho a ser descoberto para findar um pensar clássico de emancipação enquanto caminho único à superação, pelo aprofundamento da diferenciação classista.

Portanto, para se entender a realidade do mundo moderno se torna necessário antes o entender:

A repetição das observações dos casos particulares permitiria uma operação do intelecto, a indução, que justamente conduziria – num encaminhamento contrário ao da dedução – do particular ao universal. O universal seria, portanto, o resultado de uma atividade intelectual: surge no intelecto sob a forma de um conceito (o conceito “pássaro”, por exemplo, que pode existir na mente como resultado final, por via indutiva, da observação de vários seres concretos da mesma espécie: os pássaros de diversos tipos). Ao contrário de Platão, Aristóteles não considera o universal como algo subsistente e, portanto, substancial. Mas se o universal existe apenas no espírito humano, sob a forma de conceito, ele não é criação subjetiva: estaria fundamentado na estrutura mesma dos objetos que o sujeito conhece a partir da sensação. Os conceitos reproduziriam não as formas ou *idéias* transcendentais ao mundo físico, mas sim a estrutura inerente aos próprios objetos: a estrutura básica comum aos diferentes pássaros existentes é que estaria expressa, universalizadamente, no conceito “pássaro”. Mas isso significa que os conceitos utilizados pelas diversas ciências estariam dependentes, em última instância, de uma investigação que fosse além dos respectivos campos dessas ciências e penetrasse na estrutura íntima dos seres enquanto simplesmente são. As ciências voltadas para o mundo físico seriam, assim, justificadas pela especulação metafísica. Esta é que afinal poderia – como estudo de ser – revelar aquela estrutura inerente a qualquer ser e a partir da qual o intelecto, usando os dados fornecidos pela sensação, construiria conceitos. A metafísica seria, assim, a garantia de que os conceitos não são meras convenções do espírito humano e de que a lógica – o instrumento que permite a utilização científica desses conceitos – estaria fundamentada na realidade, sobre a qual ela pode, então, legitimamente operar. (PESSANHA, 1987, p. 18)

Possibilita se alcançar o entendimento tal, para falar da realidade, em outras palavras, para entender o ser do capital:

A metafísica aristotélica reformula a noção de ser. Essa noção era interpretada por Parmênides e pelos seguidores da escola eleática de modo unívoco: no seu poema *Sobre o ser*. Parmênides de Eléia (século VII a. C.) afirmava que “o que é – é o que é”, concluindo que o ser era necessariamente único, pois a multiplicidade significaria a admissão da existência do não-ser, o que seria absurdo. [...]. Platão retoma o problema e, na fase final de sua obra (particularmente do diálogo *Sofista*), considera o ser e o não-ser como dois dos gêneros supremos dentro da hierarquia das *idéias*. E o importante é que Platão renova a noção de não-ser, entendendo-o não como um nada ou como o vazio: o não-ser seria o *outro*, a alteridade que sempre complementa o *mesmo*, a identidade. Cada existe surge assim como um jogo, em variadas proporções, do mesmo (o que ele é) com o *outro* (o que não é ele, os demais existentes). (PESSANHA, 1987, p 18)

O que se coloca é a relação específica do moderno o qual, as irracionalidades humanas para com o meio são justamente a mediação feita através da sociedade produtora de mercadorias, asseguradas pela divinização do trabalho na realidade do mundo do trabalho destituído de sua carga substancial, ou seja, a instauração da sociedade do trabalho do não trabalho, sob a égide do moderno mundo contraditoriamente indenitário, encontra sua razão específica de ser. ALFREDO (2010, 54 - 61).

Na relação capital – trabalho, discutida nos escritos de Lefebvre (2008) é justamente a constatação do estabelecimento de tais formas de sociabilização, mediadas por abstrações contraditórias, porém asseguradas sobre um discurso político de tom compensatório e conciliatório, para ressaltar o recorte nacional, da política desenvolvimentista nacionalista, em sua forma de ser da mesma lógica reinante, no capitalismo periférico, da consciência objetivada a priori, pela imposição da relação positivada, entre sujeito e sociedade, e ainda, o sujeito entendido como objeto. Ressaltado a pertinência da manutenção de tais discussões sobre as categorias envolvidas na habilitação dos processos de modernização, ou seja, a discussão sobre o espaço produzido, posto por Lefebvre (2008) e apreciado por Alfredo (2006) para diagnosticar a sociabilidade mediada pelas abstrações particulares à existência humana no mundo moderno.

Sociabilidade contradizente na medida em que acumular se faz porque destitui – ao menos enquanto sentido, mas não enquanto efetividade – o presente como possibilidades.

Só assim a mediação formal e abstrata torna-se mediação e resultado de si mesma. Autonomiza-se enquanto referencia de si a si mesma. (ALFREDO, 2006, p 56)

O trabalho é tomado enquanto pressuposto da relação social, entendido no sentido de substancia essencial dada sua universalidade estabelecida pela dialética do trabalho do não - trabalho, este ultimo, que nada mais é, do que a outra forma de ser do mesmo, do ponto de vista de sua finalidade encerrada em si mesma, posta a reprodução da sociedade moderna automatizada de que Kurz (1992) nos fala quando de se pensar o presente século XXI.

A totalidade, para entender o sentido imposto, através da efetividade de sua simultaneidade na produção do espaço enquanto social, articulado os sentidos das formas estabelecidas de sociabilização material – administração estatal institucionalizada pela bancocracia moderna, entendida nos termos marxianos, dificulta a mentalidade de qual seria então o devir de sua superação. Enquanto todo pensamento se encerra sobre o sepulcro do mesmo raciocínio lógico administrativamente contradizente, nos próprios termos envolvidos, engendrar o próprio exercício do pensar em um sistema autoexplicativo que também encerrado sobre si mesmo, não permite falar claramente do problema do trabalho no mundo, descrito pelo Krisis (1999).

Fundamental ao almejar um devir de superação, se torna a libertação do agir, do fazer, se nos utilizarmos do entendimento do real, ao que recaia sobre a relação, descrita por Marx; Engels (2001) entre teoria e prática social. Ou seja, exercer uma prática teórica, nos tempos de então?

Uma figura combativa, o sujeito revolucionário responsável pela ruptura da conscientização fetichista, tem de antes perceber-se perdido em volto nesta situação, para enxergar-se para além da própria realidade de dominação, se assim se pretende revolucionar ou ao menos libertar o pensamento do eclipse de sua própria consciência. REGATIERI (2012, p. 83 - 119)

Difícilmente será alcançado através do marxismo clássico da luta de classes o qual baliza a ação do pensar e agir, pois se confunde com a identificação inquestionável, com este tipo específico desta condição de trabalho descrito por Marx (1988b) e apreciado por Kurz (1992). Ou seja, o que Lefebvre (2008) nos diz em seu conceito de crítica, sobre o foco da crítica a sociedade:

No tempo de Marx, a ciência econômica se perdia na enumeração, na descrição, na contabilização dos objetos produzidos. Marx substituiu o estudo das coisas pela análise crítica produtora das coisas. Retornando

a iniciativa dos grandes economistas (Smith e Ricardo) e a ela acrescentando a análise crítica do modo de produção (capitalista), ele elevou o conhecimento a um nível superior. [...]. (LEFEBVRE, 2008, p.33)

Essa diferenciação entre a ortodoxia metodológica do marxismo clássico será exposta em um capítulo específico mais a frente. Cabe por hora apenas saber, que se a crítica se perder de seu foco, perde inclusive sua validade, em sentido revolucionário.

O que se coloca, logo enquanto primeira necessidade reflexiva é entender que categorias analíticas do capital não são tras – históricas, foram transformadas quanto a sua finalidade objetiva no pré, em outra coisa no pós gênese, do capital, a proposição reflexiva do trabalho segue em sentido interpretativo dessas categorias, de modo a entendê-las, que nada há de a – histórica, ao contrário, são determinadas num período histórico bem específico, em decorrência da era moderna, quando da ruptura que transfigurou a relação entre homem e natureza. ALFREDO (2006, p. 57 - 58)

Entendimento tal construído através do fetiche da mercadoria e não da luta de classes.

Dito isto, alcançamos o Brasil. A realidade periférica do circuito mercantil da sociedade urbana e industrial de Lefebvre (2008) para se pensar a reprodução do espaço em sua totalidade constituída entre o campo e a cidade.

Esclarecido o contexto específico no qual o Brasil não é descolado, muito ao contrário, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto integrante, tanto quanto qualquer colônia o é, ao mesmo modo de produção mercadológica capitalista e que, além disto, foi espaço necessário à consolidação do mesmo. Assim a nação é aqui revelada.

Ao longo do trabalho a maior dificuldade reflexiva encontra-se justamente nas considerações sobre como se efetivou no espaço, a produção do país o qual já nasceu moderno, e então a complexidade aumenta e se confunde com as ideias de pensadores da formação desta nação, no esforço do esclarecimento.

Ao se falar sobre o assunto não se pode deixar passar a interlocução entre a crítica literária brasileira e as demais críticas sociais.

Explicar o conceito de formação inserido no contexto do movimento do processo de modernização na periferia do sistema, através da imposição do trabalho abstrato, enquanto consciência e sentido da estruturação política burocrática brasileira como a forma de ser da instauração da dominação social que é o capital, é captar a consciência

de indivíduo, na referida periferia, dada da mesma forma que em qualquer localidade descoberta e civilizada. MARX (1988b, p. 272 - 292)

Apresenta-se a consideração da relação de noção entre o tempo e as categorias analíticas do capital, o qual na realidade periférica se expressa através da instauração de outras categorias que não apenas as clássicas. Como pode-se inferir sobre o caipira de Candido (2010).

A própria noção de tempo na referida realidade nacional se torna problemática frente à simultaneidade do movimento modernizante, na medida em que se relaciona com a dialética negativa crítica no entendimento da produção do espaço. ALFREDO (2010, p. 38 - 43)

A perspectiva abordada se propõe a entender o crítico literário para além do ser que busca interpretar a obra de um autor em função da cultura estética de seu tempo, e sim, de negar essa racionalidade objetivada enquanto um tipo de consciência, em fim, mesmo que sempre no produzir científico fiquemos dentro da ciência, cartesiana, os sentidos se articulam. Resumidamente, a crítica literária mostra como as manifestações literárias, os tipos literários- forma estrutura e função, seja do Romance ou do Ensaio, por exemplo, serviram e servem aos signos da religião e ao padrão de ordenamento de vida administrada. Essa foi a grande atuação política e ideológica capitalista que se desenvolveu no país desde o descobrimento, e, a partir do século XVIII a literatura nacional, que remontam a justificativa deste domínio cultural do branco europeu, sobre os indígenas brasileiros no esforço da catequese, justificando, contudo a própria conquista territorial enquanto uma obrigatoriedade divina por parte do povo do mundo civilizado contra o universo selvagem. (CANDIDO, 2008, p. 99 -101)

A Dialética pressuposta, de dois polos contraditórios de uma mesma análise, uma em sentido positivo e outro em sentido negatório, ao ponto que retome a perspectiva da contradição, se torna, portanto, polemica e assim aumenta a dificuldade reflexiva. Igualmente extensível aos próprios termos envolvidos, para dar conta de transmitir o raciocínio proposto. Tendo em vista que esses dois polos antagônicos que se relacionam entre si, estabelecem a dominação do sistema, por sobre, toda a consciência do sujeito moderno, e, que altera a relação e os sentidos produtivos de uma sociedade que se estabeleça enquanto tal, da significação da era moderna.

A polêmica envolvida na questão nos permite pensar dialeticamente na questão novamente, o trabalho em Marx (1998b), a relação sujeito e objeto, a fim de entender a real problemática da dominação social que é o capital arraigado na consciência do

sujeito. Aquela fetichizada pela ideia de conciliação das contradições imanentes ao sistema.

A pertinência da análise se faz, na medida em que ajudará nas considerações finais do trabalho, para saber se as perspectivas apontam para uma crítica aos sentidos da formação nacional brasileira, do modo como se estabeleceu, portanto a produção do espaço brasileiro com a constituição, das instituições burocráticas, da administração financeira capitalista. Pelo estudo de suas categorias analíticas.

Através do entendimento das formas reais de efetivação dos fenômenos sociais recorrentes do processo de ocupação e urbanização territorial brasileira - sua formação. Bem como os interesses políticos envolvidos no cenário nacional sobre o que venha a ser uma nação Brasil, que sempre esteve, embora busque transgredir essa racionalidade, baseada numa espécie de encantamento fetichista da forma literária romance¹⁵, quanto a especificações de seus reais sentidos de formação. ARANTES (1992, p. 31 - 104)

Pode-se afirmar, com a validade às generalizações, que desde 1930 os cientistas sociais, preocupando-se em analisar e interpretar a realidade nacional, conseguiram realizar uma redescoberta do Brasil. Em espaço de tempo curto, publicaram-se obras que justificam essa afirmação: *Evolução política do Brasil* (1993), de Caio Prado Júnior; *Casa grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freire; *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buaque de Hollanda; *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen; *História econômica do Brasil* (1945), do mesmo Caio Prado Júnior. Mas é verdade também que durante a década de 50, exatamente com o grande crescimento experimentado pela economia brasileira, ao objetivo de interpretação teórica da realidade veio juntar-se interesse mais evidente de provocar modificações nessa mesma realidade. Em outras palavras, foi então que um número apreciável de intelectuais preocupou-se em elaborar e propor um pensamento voltado para a ação. (GONÇALVES, 1983, p. 7)

Durante os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, foi sendo estruturado um pensamento progressista, de conotações reformistas, que não aceitava a pobreza nacional como fatalidade, pondo em questão o dogma clássico da divisão internacional do trabalho, e propunha desrespeitarem os princípios do liberalismo econômico, projetando-se o desenvolvimento a partir da ação planejadora e da participação efetiva do Estado na Economia. Dentro desse quadro, logo ganharia destaque o chamado “Grupo de Itatiaia”, reunindo homens que pretendiam transformar as suas idéias em ação política, obtendo acesso aos órgãos do Governo. Dele nasceu em 1953, o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política), reunindo nomes expressivos como Álvaro Viera Pinto e Hélio Jaguaribe, e assumindo a responsabilidade de publicação dos

¹⁵ CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*; (2001, p. 137-139). Ao falar de literatura de incorporação e literatura de depuração, o autor, vai traçar o paralelo entre a produção literária e a continuidade hegemônica de dominação cultural. Os tipos recorrentes de manifestação intelectual nos tempos da colônia.

Cadernos do Nosso Tempo. Em julho de 1955 criava-se o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), subordinado ao Ministério da Educação e definido como centro permanente de altos estudos políticos e sociais, privilegiando a pesquisa, o trabalho teórico, e objetivando a compreensão crítica da realidade brasileira para viabilizar o seu desenvolvimento. (GONÇALVES, 1983, p.7-8)

Dentro dos limites muito amplos, permitidos pelo objetivo de criar um “pensamento brasileiro”, couberam inicialmente homens de posição muita diversas, como Sérgio Buarque de Hollanda, Roberto Campos, Horácio Lafer, Lucas Lopes, e que corresponderia grosso modo ao período do Governo Juscelino Kubitschek, contando com o esforço intelectual do grupo originário do IBESP., o Instituto assumiu de fato a estratégia de elaborar uma ideologia capaz de sustentar o projeto de desenvolvimento econômico, em última instância contido no “Plano de Metas” . O desenvolvimento econômico e o nacionalismo tornaram-se então os dois elementos básicos da construção ideológica, resultante de trabalhos de Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e outros. (GONÇALVES, 1983, p.8)

O que se pretende é uma racionalidade crítica permitida através do movimento do pensar e ser no espaço, para problematizar a instauração da realidade de cooptação do sistema econômico mundializado, de produção e acumulação capitalista o qual erige a tal dominação, que se não exposto, também não se tornará inteligível ao processo da formação nacional nos moldes de uma economia clássica na qual se desenvolveu.

Aqui pensasse que a partir da ocupação territorial, em suas primeiras formas desde a colonização, já se colocavam enquanto reprodução especificada como moderna e capitalista. A partir deste momento, em qualquer recorte histórico vê-se a intencionalidade referendada pelas relações sociais já fetichistas neste sentido¹⁶.

¹⁶ Ver ALFREDO, A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização; (2009, p. 381-385).

5 - A teoria crítica – para se pensar o século XXI

O pensamento central de Robert Kurz (1992; 1995; 1999) está pautado no exercício de uma prática teórica sobre a essência da teoria social crítica advinda dos escritos marxianos sobre o capitalismo em *O Capital*, quanto suas formas existentes até o presente século XXI, de representação e comunicação, e, na formulação de um pensamento de projeto revolucionário de superação do sistema capitalista, através da negação do trabalho, na condição capital-trabalho. Em decorrência da maneira de sua existência no mundo capitalizado.

Fazendo a reflexão da insuficiência de teorias críticas tradicionais frente à realidade de dominação no capital desenvolvida ao longo dos séculos, o qual segundo Kurz (1992) é a representação do desenvolvimento da dominação do capital a ampla existência do homem hoje no mundo contemporâneo.

De tal modo que as teorias clássicas a cerca do assunto não deem conta de explicar as vicissitudes e contradições do sistema moderno produtor de mercadorias e da sociedade do trabalho, tem-se de ter a noção do discurso, e, dos resultados computados pela teoria marxista de classes, e saber que a superação pretendida pela classe trabalhadora não encontrou, até o momento presente, nenhuma força efetiva de revolução.

O arranjo sócio espacial globalizado entra em colapso e não mais, assim como já dizia Marx; Engels (2001) conseguem manter as próprias engrenagens inerentes ao bom funcionamento dele mesmo, gerando assim novas formas de se efetivar. O desenvolvimento das forças produtivas, indústria e trabalho, rompem a hegemonia burguesa enquanto classe opressora dos trabalhadores reprimidos, ao mesmo passo em que a luta proletária se fortalece para enquadrar devidamente o trabalhador a realidade pequeno burguesa, ao conquistar, melhores condições de jornada de trabalho¹⁷. Significa entender que a divisão entre classes sociais não mais se encontra na divisão

¹⁷ Ver em MARX,C; ENGELS,F. Manifesto do Partido Comunista; (2001, p. 12-45). Nestes escritos está a marcha da luta pelo reconhecimento de classe trabalhadora por parte dos próprios trabalhadores, enquanto tal, através da bandeira de luta da fortificação do trabalho enquanto excelência humana mesmo que dentro destas novas condições especiais do capital. Os autores admitem que a propriedade privada não é a forma primitiva de organização social das sociedades, e sim, as comunas rurais, com propriedade coletiva da terra. p. 23. Nota de rodapé.

primeira ocorrida que era dada entre a classe burguesa e proletária. A proletarização é generalizada. Burgueses e proletários, todos são trabalhadores, as suas maneiras, têm de trabalhar, qualquer atividade que desempenhem estão contribuindo ao sistema monetário do valor.

Criando a degradação social e ambiental em escalas e proporções catastróficas em escala planetária, segundo Kurz (1992). Bem como a crise do mundo do trabalho.

Vivemos hoje uma situação muito estranha. Nunca na história da modernização – nos últimos duzentos, trezentos anos – deu-se a situação de uma crise social mundial que erigisse tal potencial de devastação ecológica e alcançasse tanta destruição e abandono cultural, até a tendência na direção de uma nova barbárie. (KURZ, 1995, entrevista)

Ainda:

E o estranho e paradoxal é que ao mesmo tempo, nestes últimos trezentos anos, a crítica social nunca esteve tão fortemente desarmada como hoje. Este paradoxo precisa ser explicado, já que o mundo nunca foi tão digno de crítica como hoje. É fácil obter a razão superficial desta contradição: pode-se colocá-la no contexto do colapso do Socialismo de Estado do leste europeu. Nas últimas décadas aquela teoria que formava o centro da crítica social do mundo ocidental, a saber, o marxismo, foi fortemente maculada por aquele Socialismo de Estado. Mesmo aqueles pensadores que no ocidente mantinham uma relação crítica com a União Soviética ou a China ainda ligavam-se, em suas argumentações básicas, embora de modo subterrâneo, com este Socialismo de Estado. A consequência é que todos nós, de certo modo, perdemos a fala. (KURZ, 1995, entrevista)

Frente à realidade do capital no século XXI é fundamental uma revisão crítica sobre a teoria marxista tradicional clássica e suas concepções sobre a categoria trabalho, uma vez que tais teorias marxianas clássicas são categóricas do capitalismo dos dois últimos séculos, XIX e XX, contexto de grande efervescência política-ideológica e entusiasta marxista, e ainda pelo fato de se tratar do elo central na crítica ao que concerne a superação do capitalismo. Pretender um pensamento prático e emancipatório do sistema produtor é não mais se manter uma crítica de características burguesas, criando assim novos paradigmas da crítica da economia política e excluindo leituras positivadas, culturalistas¹⁸ e fetichizadas pelo capital, seguindo ainda o pensamento do próprio autor.

¹⁸ ARANTES, Paulo E. Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schuwarz; (1992, p. 46 - 67).

O fato de que o trabalho vivo, ao produzir mercadorias, se transforma em trabalho morto, “representado” (expressão de Marx) na forma encarnada do dinheiro, parece óbvio a consciência moderna. De fato, o dinheiro é uma categoria real que atravessa muitas formações históricas, embora a categoria econômica básica do valor, que se esconde atrás dele, tenha sido somente sistematicamente refletida, tipicamente, pelas teorias econômicas modernas. Como mercadorias, os produtos são coisas de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando somente nessa forma estranha a mediação da sociedade. No contexto da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma coisificada, fetichista, desprendida de todo conteúdo concreto sensível, forma de representação morta e abstrata em que se apresentam os produtos de um trabalho social pertencentes ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente as relações de troca, até alcançar forma de dinheiro, a “coisa abstrata”. Esse valor é a qualidade distintiva de uma sociedade que não é dona de si mesma. (KURZ, 1992, p. 22)

Em oposição total a essa concepção da teoria burguesa que compreendeu esta forma como fenômeno existente a priori, desistindo por fim da tentativa de explicá-lo. Precisamente sua existência óbvia parecia ser a prova de seu caráter ontológico, que nem precisava mais de explicação teórica, a relação entre o concreto e o abstrato. ALFREDO (2009, p. 381 – 383)

Mas este ponto de vista esconde a inversão em que a “*primeira natureza*” é substituída pela “*segunda*”, inversão que é o fundamento da constituição de todas as sociedades da modernidade. E precisamente nessa inversão origina-se o caráter do trabalho moderno, da atividade que traz *em si* sua própria finalidade. KURZ (1992, p. 13 - 25)

Por isso sua proposta teórica está baseada na criação de uma forma de libertação do pensamento e da razão iluminista que é a base de toda tradição da filosofia política e da teoria social crítica, e expressas, em formas engessadas e modelísticas de se entender o funcionamento do sistema e sua dinâmica, como suas crises. Centrando a crítica ao capital sempre baseada a luz da luta de classes, da bandeira do trabalho imaculado, enquanto o caminho a ser trilhado, a superação deste modelo produtivo.

Em sendo assim, a leitura kurziana atenta para a objetivação crítica radical desencantada de leituras positivadas sobre o modo de produção capitalista, que contemplam análises inapropriadas quando de um pensamento emancipatório e revolucionário, ao qual para a teoria crítica, consiste na obtenção de uma racionalidade crítica ao ponto de pretender a superação da lógica posta, e que para tanto antes, se faz

necessário o exercício do pensamento sobre as reais formas de ser do capital e como ele se projeta em todos os sentidos das sociedades hoje no mundo e na vida das pessoas.

Pretendendo um entendimento profundo da dinâmica fetichista imputada aos homens enquanto uma aparente naturalidade a eles, quando de fato não o é embora assim o capital se faça aparecer¹⁹.

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, a medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advém como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto. (MARX. 1988a, p. 49)

Nessa proposta Kurz (1992) vai então mudar o foco do marxismo da luta de classes e explicar sobre o Marx do fetiche da mercadoria. Acreditando que somente através desse prisma seja possível entender os meandros do capital e os rumos de superação frente ao seu pleno desenvolvimento manifesto, e que, portanto as leituras marxistas anteriores que se debruçaram no capital de séculos ulteriores, não conseguem, refletir sobre as reais formas de sujeição que o capital imputa aos homens, numa espécie de dominação sem sujeito.

Bem por essa dinâmica do desenvolvimento do mundo moderno através dos processos históricos da modernidade é que se coloca a relação intrínseca entre trabalho, mercadorias, valor, estado e sujeito, que imperam a fabricação do espaço²⁰. Sendo essas categorias reais enquanto expressões fenomênicas das formas de ser do capital, seus sujeitos de ação, aparecem enquanto condição e meio de efetivação.

Isto posto, a consciência do indivíduo é entendida como forma apriorística do prolongamento da racionalidade do processo produtivo moderno.

Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado do que o do trabalho, e este princípio ético, que torna-se oficial somente no socialismo, vem a ser princípio econômico

¹⁹ Ver ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do capital e Sociabilidade Crítica. (2010, p. 37-62).

²⁰ ENGELS, F. A Origem da família da propriedade privada e do estado. (2009, p.195-219). Especificamente p. 205-206, dinâmica processual efetivada sobre a existência do surgimento da nova era, o mundo monetário e produtivo.

e critério político humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria essa dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não. O trabalho é uma fé, é algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino. (KURZ apud MANN, 1992, p. 20)

Desenvolvendo assim uma práxis política expressa através de uma categórica crítica a ordem geral do mundo do trabalho, continuando uma revisão crítica da razão iluminista, iniciada no século XX, colocando em xeque alicerces fundamentais da crítica social, trazendo mudança de paradigmas quanto ao conhecimento do funcionamento do mundo, das leis de mercado, e as leituras críticas radicais sobre o capital existentes até então, no mundo e no Brasil. Pois abre discussões sobre atributos do sistema, o trabalho e o intelecto, de maneira dissonante a interpretações que considerem – nos, no moderno, como algo que diferencie o homem de outras espécies animais apenas, quando na realidade, ainda que de fato sejam, no mundo atual estes atributos são orientados de modo a não mais operarem enquanto tal sentido. Servem-nos agora como instrumentos de dominação do fetiche.

Portanto no parecer Kurziano existe uma prerrogativa revolucionária, através de um movimento prático, teórico-conceitual e emancipatório, o qual possibilitará a efetiva superação, através de uma revisão crítica das teorias e demais construções de críticas do capitalismo pertencentes às realidades passadas, período nos quais se deram, o acirramento da racionalidade imposta pela racionalidade lógica mercadológica da sociedade baseada na divindade do trabalho que está em pleno funcionamento, graças às lutas operárias.

Reformulando assim a tradição da filosofia e da ciência política, para o novo século, e, a formulação de um trajeto revolucionário a sociedade do espírito do trabalho e produtora de mercadorias, através da crítica a ideologia que fetichiza a realidade, que consiste na crítica ao marxismo clássico. Orientando no mesmo sentido de Marx (1988a; 1988b; 1988c) a crítica à sociedade.

Este intelectual, estudioso do capitalismo e da obra marxiana, inicia sua crítica a partir da construção de uma consciência a qual retire toda credulidade no marxismo clássico enquanto bíblia, reestruturando uma interpretação crítica radical sobre as interpretações existentes até então. Estando em foco em sua análise a teoria da crítica do valor, do fetiche da mercadoria que domina a sociedade como um todo desde sua

gênese, pois foi desde a gênese do capital que a razão histórica foi substituída pela razão lógica mercadológica assim como já descreveu, MARX (1988b).

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada a força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX. 1998b, p. 267)

Assim o homem aprendeu a importante necessidade de se trabalhar.

Tantae molis erat para desatar as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e condições de trabalho, para converter, em um dos polos, os meios sociais de produção e subsistência em capital e, no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em “pobres laboriosos” livres, essa obra de arte da historia moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces”, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés. (MARX. 1988b, p. 282)

Ou seja, um novo ponto de vista, a qual desmistifica o materialismo, histórico dialético da teoria crítica emancipatória pelo proletariado, na qual o marxismo não é tratado como um mero dissidente do liberalismo burguês, assim Kurz (1992) muda o foco da crítica centrada na degradação da exploração do trabalho. Chamando atenção para o fato de que o trabalho moderno, definitivamente, não é algo natural ao homem, é apenas a essência do capital, assim como transcrito acima e tão logo degradante de per si. Dignificar o trabalho e levanta-lo enquanto bandeira de luta é carregar, é lutar pela perpetuação do capital, é aceitar o trabalho no sistema enquanto tal aos homens na terra, mesmo que isso se faça sem consciência, aliás, é assim que se faz, sem consciência esclarecida.

Esse trabalho moderno existente com o surgimento do capital, nada tem haver com o trabalho que existia antes do capital, pré-capitalista, embora a terminologia seja a mesma, trabalho, tendo em vista que este ponto será esmiuçado no próximo capítulo do texto, e, ao longo dos escritos todos, nos esforços da presente reflexão apresentada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida [...]. (MARX. 1988a, p. 142)

A leitura marxiana que demasiadamente dominou a racionalidade crítica foi o que os intelectuais marxistas pregaram na forma de teoria da revolução e libertação do mundo baseando-se no antagonismo entre classes, enquanto sendo o único destino social de real enfrentamento e superação do sistema de dominação social que é o capital. Incorporando a deusificação do trabalho, através de um prisma ontológico, não entendeu a diferenciação que existe entre o trabalho pré e pós capital, e além, não captou a significância que tem assegurar esta confusão teórica.

Também o moderno movimento operário faz parte dessa constelação do sistema burguês produtor de mercadorias, em sua fase de enorme ascensão, bem como o marxismo, como reflexo teórico correspondente e, por fim, a gênese da versão real-socialista da moderna sociedade de trabalho, cujo colapso está acontecendo diante de nossos olhos. Por estar preso dentro do horizonte histórico da ascensão do trabalho abstrato, não podia ser superado, nem ideal nem materialmente, o caráter tautológico desse trabalho, de atividade que traz em si sua própria finalidade. (KURZ. 1992, p. 24-25)

A sujeição do capital por sobre o homem é a coisificação do mesmo em mercadoria e as relações sociais estabelecidas em muito mais, do que menos, meramente ricos e pobres, e sim em coisas mercadológicas, a sociabilidade então assim colocada e a internalização do ethos do trabalho, torna-se o interesse pela fetichização do mundo real que se apresenta.

Acreditando-se no desenvolvimento das forças produtivas enquanto força motriz da exacerbação da contradição entre as classes e a partir daí o enfrentamento e a superação, dessa visão do chamado marxismo tradicional, adotado pelos movimentos sociais, como movimento operário se mostrou, fetichizado, através da interpretação dos estudos da teoria crítica. O Brasil não se furtou a este modelo:

Se cada socialista deve levar uma pedra para o novo edifício social, o centro de Santos sente-se satisfeito de ter iniciado, entre nós, a propaganda da doutrina reformadora, estribando-se na trilogia marxista: interpretação materialista da história, determinismo econômico e luta de classes. (FONTES, 1977, p. 103)

Como pensa Kurz (1992), essa leitura da dinâmica social posta está correta até certo ponto, pois o *capital* é mesmo uma relação social, mas visto apenas sob o foco sociologizante dos dominantes e dominados como se mantém a perspectiva do enfrentamento entre classes, falha na crítica veemente ao sistema de dominação posto que é muito mais do que meramente uma divisão social.

Não percebeu, contudo, esse marxismo clássico, uma mudança fundamental, que o proletariado ao longo dos tempos, o qual, também é parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo.

Sendo condição e meio da intermediação da produção do valor até o ponto no qual a classe trabalhadora, entendida como o proletariado não mais será necessária para a manutenção do mesmo sistema que necessita que ele exista para se efetivar, nesse ponto então se encontra a discussão posta pelo Krisis (1999) sobre a crise do trabalho.

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também a mais valia. (MARX. 1988a, p. 148)

De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor. (MARX. 1988a, p. 148)

Consideraremos o processo de produção agora também como processo de formação de valor. (MARX. 1988a, p. 148)

Para tanto um novo arcabouço teórico é adotado bem como uma nova significância do trabalho enquanto categoria analítica que se apresenta, entendido o *capital*. E a categoria trabalho então abarca outra definição que não a clássica e antropologia tida até então enquanto sendo a definição mais justificada para se entender a relação capital-trabalho no mundo moderno.

A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. (MARX. 1988b, p. 252)

O produtor direto, o trabalhador, somente pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado a gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que

transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX. 1988b, p. 252)

[...] Sob esse aspecto, sua ascensão apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas opunham ao livre desenvolvimento da produção e á livre exploração do homem pelo homem. [...] (MARX. 1988b, p. 252)

Da era pré-capitalista a lógica do capital se transforma então a sujeição do homem, a libertação da escravidão do regime de servidão ao senhor feudal e surge o homem livre trabalhador moderno agora submisso ao capital e preso ao trabalho. Assim se fez no centro do sistema a criação deste modelo social.

O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a escravidão do trabalhador ao trabalho moderno. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista. Para compreender sua marcha, não precisamos volver a um passado tão longínquo. Ainda que os primórdios da produção capitalista já se nos apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo e o ponto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito começou a empalidecer. (MARX. 1988b, p. 253)

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca a classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequencia diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX. 1988b, p. 253)

Sendo este, portanto o contexto levado a cabo nas especificações do ponto de vista da consciência e do sentido, envolvidos, das determinações lógicas quando do advento da “descoberta do novo mundo” bem como o processo civilizatório através da colonização das novas terras, a saber, do que conhecemos sobre os desígnios de nação

brasileira. Assim, se estabelece a real configuração concreta da formação de nossa realizada existência experimentada.

Ainda que ocorra uma revira volta proletária na luta, pelo acirramento do desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente o aguçamento das desigualdades sociais, como mostrou as experiências socialistas do século XX e as revoluções do período do surgimento do capital, século XIV até XVIII, no centro do sistema, não abole a relação do fetiche que é originária do capitalismo e que distingue este modo de produção dos outros, sendo essa, portanto a real crítica depreendida, contra o sistema, sendo este o cerne da questão, essa relação produtora mercadológica nem se quer é posta em questão pela doutrina reformadora, o trabalho não é questionado.

Os exemplos socialistas se mostraram na realidade enquanto forma de expressão do capitalismo levado à últimas conseqüências, o capitalismo de estado e de mercado fortificados, com o discurso da igual distribuição de bens e renda enquanto sendo o caminho para a revolução por sobre o capital e a vinda de uma igualdade social e humana justa na Terra para os homens.

Marx já dizia sobre o desengano de uma leitura desatenta sobre a dinâmica da lógica imposta quando do desenvolvimento da história capitalista, dizendo que já existiam estudiosos se enganando sobre os reais motivos das desigualdades sociais provenientes no mundo:

A grande participação da dívida pública e de seu correspondente sistema fiscal na capitalização da riqueza e na expropriação das massas levou muitos escritores, como Cobbett, Doubleday e outros a buscar erroneamente aqui a causa básica da miséria dos povos modernos. (MARX. 1988b, p. 279)

Isto de fato se deu, porém enquanto maneiras de perpetuação e reprodução das relações sociais de produção já postas.

Essa leitura crítica clássica reduz o marxismo apenas uma sociologia de classe, isto é, reduzido apenas a aporia da economia política entre classes burguesas e operárias.

O marxismo na sua forma maniqueísta se reservou em criar um meta-sujeito, o famigerado proletariado, mistificado e cultuado que se mostrou ilusório a pretendida revolução nos moldes clássicos, como ocorreu na história dos socialismos reais da ex URSS e de Cuba, a relatos de Kurz (1992).

No período manufatureiro propriamente dito, o modo de produção capitalista estava suficientemente fortalecido para tomar a regulação legal do salário tão impraticável como supérflua, mas não se quis dispensar as armas do velho arsenal, para o caso de necessidade. 8 Jorge II proibiu para os oficiais de alfaiataria em Londres e circunvizinhanças salários acima de 2 xelins e 7 ½ pence por dia, salvo em casos de luto generalizado; 13 Jorge III c. 68 transferiu a regulação dos salários dos tecelões de seda aos juizes de Paz; [...] ainda em 1799 um ato do Parlamento confirmou que o salário dos trabalhadores de minas da Escócia seria regulado por um estatuto de Elizabeth [...] . Aqui, onde mais de 400 anos fabricaram-se leis fixando o máximo que o salário não deveria, de forma alguma, ultrapassar Whitbread propôs para o jornaleiro agrícola um salário mínimo legal. [...] As determinações dos Estatutos dos Trabalhadores sobre contratos entre patrão e trabalhador assalariado, prazos de demissões e análogos, que permitem por quebras contratuais apenas uma ação civil contra o patrão, mas uma ação criminal contra o trabalhador permanece, até o momento, em pleno vigor. (MARX. 1988b, p. 269)

Continuando:

Logo no início da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou abolir de novo o direito de associação que os trabalhadores tinham acabado de conquistar. Pelo decreto de 14 de Junho de 1791 ela declarou toda coalizão de trabalhadores como um “atento a liberdade e a declaração dos direitos humanos”, punível com uma multa de 500 libras além da privação, por um ano, dos direitos de cidadão ativo. Essa lei, que comprimiu a luta de concorrência entre o capital e o trabalho por meio da política do Estado nos limites convenientes ao capital, sobreviveu a revoluções e mudanças dinásticas. Mesmo o governo do terror deixou-a entocada. Só recentemente foi ela riscada totalmente do *Code Pénal*. Nada é mais característico que o pretexto para este golpe de Estado Burguês. (MARX. 1988b, p. 269 - 270)
“Se bem que”, diz Le Chapelier, o relator, “seja desejável que o salário se eleve acima de seu nível atual, para que aquele que o receba esteja livre dessa dependência absoluta que é produzida pela privação dos meios de primeira necessidade, a qual é quase a dependência da escravidão”. (MARX apud LE CHAPELIER, 1988b, p. 270)

Assim se efetiva as lutas entre classes como nos conta a história dos embates e das conquistas dos trabalhadores assalariados, sempre estando envolto pelo espírito do capital, a luta é por melhores condições de vida e de salários e não uma luta contra essa forma de exploração que é ter de ser obrigado a vender sua força de trabalho. Ou seja, não é uma luta contra as formas de sujeição.

Isto acontece pela falta de conhecimento ao que concerne em ser a real degradação do homem depreendida pelo capital, a de ter efetivado a internalização de leis naturalmente mercadológicas. E mesmo após todo este entendimento, ainda assim, a

superação torna-se apenas uma possibilidade, já que, historicamente, temos a subversão dos valores sensíveis em insensíveis e assim naturalizados. Nas quais as organizações sociais conhecidas transmutaram-se em facetas capitalistas.

A interpretação clássica serviu não para outra coisa além de anúncio da ideia radical de efetivação real da forma como tal da mercadoria e do dinheiro, mostrando a imposição do capital como jurisdição e retificação de todas as relações.

Tudo se consuma em um sistema dinâmico e autodestrutivo. A emancipação social do proletariado não pode ser efetivada, pois a base ontológica, do capital continua a imperar, e ao o que tudo indica, provavelmente, sem o trabalho o sistema encontre formas de continuar a se efetivar, outro ponto de debate levantado por Kurz (1992) ao estudar o século XXI e as dimensões e as formas manifestas de ser do capitalismo do novo século.

A conclusão, caso deve-se propor alguma, portanto é de que, não exista saída possível sem o rompimento do valor fetichista por meio da superação da sociabilidade pautada na mercadoria e do dinheiro – amálgamas da sociedade monetária. Para tal conclusão ser alcançada é impreterível o entendimento da nova perspectiva de entender o trabalho enquanto sendo a forma específica desenvolvida apenas e a partir da gênese do capital e de sua lógica mercadológica, o trabalho antes dessa fase é outra coisa que não o trabalho no capital, mesmo que ainda tenha a mesma terminologia – trabalho, as implicações de mediações sociais são outras, bem como sua finalidade extensível a mercadoria e ao estado, determinações arraigadas a consciência de indivíduo no sujeito moderno, perturbada pela ideia embaralhada de indivíduo - Estado – sociedade, não permite uma reflexão revolucionária.

Dentro da compreensão da crítica posta, não se torna possível compreender as categorias isoladamente, para se entender o capital e o mundo moderno, estão entrelaçadas no mesmo circuito simultâneo que se expressa na relação entre o centro e a periferia do sistema.

6 - Sobre o trabalho

O trabalho pode ser entendido sobre dois aspectos, um histórico-universal e outro socialmente produzido. O trabalho nos moldes quando das relações pré-capitalistas de produção e a outra no capital, duas realidades distintas sobre a capacidade humana de facultar a produção de objetos os quais tenham valor de uso ou valor de troca, dependendo da lógica da sociedade em questão. Nessa análise uma anula a outra. KURZ (1992, p. 13 - 41)

Apenas através de uma leitura crítica do desenvolvimento da sociedade moderna e contemporânea é que se torna possível o entendimento da dinâmica do processo de modernização e do desvendamento dos fenômenos contraditórios do sistema tanto quanto suas crises, possibilitando a pertinente crítica a cerca do sistema bem como a emancipação e superação do mesmo, possibilitando reflexões sobre a práxis²¹.

Em sendo assim, o trabalho no âmbito histórico-universal é aquele que o homem realizava quando do baixo desenvolvimento das forças produtivas, realidade na qual está atrelada ao trabalho quanto um produto e apropriação de forma concreta, sensível e direta do homem para com a natureza, como valor de uso, na linguagem da economia política. Como nos diz KURZ (1992):

[...] Ainda que o trabalho, como labor no sentido antigo, como estafa e moléstia, ocupasse completamente o horizonte da vida da maioria das pessoas, isso acontecia por causa do grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas, no “metabolismo entre homens e natureza” (MARX), o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que trás em si sua própria finalidade. (KURZ, 1992, p. 21)
No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: a medida em que as forças produtivas, mediante a industrialização e cientificização, rompem a coação e a prisão da “primeira natureza”, passam a ser presas em uma

²¹ ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetice do Capital e Sociabilidade Crítica; (2010, p. 37-62).

Idem. Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: Sobre Espaço Tempo e Modernização; (2009, p. 381-414).

coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma “segunda natureza” cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente sensível e exigente como o da “primeira natureza”, apesar de sua origem puramente social. (KURZ, 1992, p. 21)

A sociedade pré-moderna não era de maneira nenhuma um sistema produtor de mercadorias, com a sociabilidade assim posta, mediada por abstrações. A produção e a reprodução de trabalho morto e abstrato em mais trabalho morto e abstrato, extinguindo o valor de uso é uma realidade exclusiva do moderno e, portanto da gênese do capital. Dinheiro e mais dinheiro a fim da produção de valor e não mais para suprir necessidades materiais, humanas naturais.

O trabalho enquanto fruto de coação social de natureza secundária, apresenta-se desprendido de sentido, ou seja, se torna um trabalho morto, abstrato e insensível, posto enquanto religião secularizada através da ética e da moral protestantes, de necessidades transcendentais as necessidades humanas esse é o *ethos* do trabalho, a dignidade do homem, o trabalho que trás em si sua própria finalidade, é o trabalho pelo trabalho a fim de propagar a valorização do valor para o capital. Transformando a sociedade numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho. (KURZ 1992, p. 21 - 25)

Somente através dessa forma o trabalho pode e deve ser entendido quando do capital, que o trabalho da modernidade pode ser reconhecido como fenômeno historicamente-socialmente determinado. O trabalho enquanto sendo o conjunto de formas das ações sociais.

No capital, trabalho se torna mercadoria e força produtiva, com o fim em si mesmo, máquina de transformação do capital, produção econômica abstrata – força de trabalho e fator de produção, enquanto sendo a dupla determinação do trabalho no capital.

No capital, o trabalho assumiu o papel de portador da força produtiva do valor comercial monetário, está como única finalidade é justificativa ideológica de controle social. O trabalho ainda assim continua como o meio de obtenção de recursos indispensáveis a manutenção da vida. Neste caráter dúplice do capital, entendido a palavra capital enquanto resultante da dinâmica capital trabalho, assim se expressa contraditoriamente seguindo pressupostos de sua reprodução sistemática.

A contradição se revela no fato de que a relação que entra em crise até agora não foi analisada como histórica, isto é, como algo que possui um vir-a-ser e desaparecimento, mas como fundamento humano por excelência. Não se trata daquilo que Marx denominou de metabolismo

com a natureza, que é insuperável, enquanto os homens existirem. Hoje parece, ao contrário, que entra em crise o processo de transformação do trabalho em dinheiro, o que Marx chamava de trabalho abstrato, isto é, o dispêndio de cérebro, nervos, músculos na forma social de dinheiro, e assim, a reprodução do homem no contexto de trabalho-dinheiro-consumo de mercadorias – essa conexão do trabalho com o dinheiro é histórica e de forma alguma supra-histórica. (KURZ, 1995, entrevista)

Mediação da sociedade produtora de mercadorias é a forma da expressão fenomênica da transformação de trabalho morto em mercadoria produzida, desprovida de conteúdo e valor sensível, de uso – um movimento imanente das relações de troca, a sociabilidade posta na forma mercadoria, sendo sua expressão fenomênica, o dinheiro.

Frente essa lógica está à auto reflexão tautológica do mesmo, transformação do trabalho em dinheiro e mais dinheiro, assim sucessivamente para produção de valor. Daí o caráter do sistema - a submissão do conteúdo sensível do trabalho a auto reprodução do dinheiro e do valor, manifesto no desenvolvimento da sociedade moderna e internalizada ao homem enquanto sendo natural ao *Homo Sapiens*, do ponto de vista antropológico, e adotado a economia política.

O trabalho, portanto deve ser entendido enquanto uma categoria analítica central do capital, desvelando as formas de ser e do parecer ser, através do entendimento crítico do ponto de vista da negação do processo, para desmistificar o fetiche da mercadoria da sociedade do *ethos* do trabalho, seus fundamentos, conceitos, e suas crises imanentes. Traduzindo a alienação fetichista do desenvolvimento das forças produtivas, a crise categorial do trabalho, e, contudo a crise estrutural do sistema, para compreender o sistema quando de suas reais contradições como a realidade da sociedade do trabalho do não trabalho, se apreciado Kurz (1992).

A fim de se entender o sistema como um todo, através do entendimento da dinâmica funcional de uma categoria central, quando da crise da sociedade de mercado.

O crescente desemprego de base é, assim, independente de ciclo, não é só um fenômeno alemão ou da Europa central, mas um fenômeno global. Na primavera de 94 a Organização Internacional do Trabalho em Genebra publicou uma análise indicando que 30% da população apta para o trabalho está de fato sem emprego. Nessa análise crítica, alguns dos truques mencionados foram revelados; este número se aproxima mais da verdade que as estatísticas oficiais e sobrepuja o desemprego da crise mundial de 1929/33. Antes de tudo, deve-se lembrar que aquela crise mundial, apesar de seu nome, não teve conseqüências globais como o atual desemprego estrutural em massa. Pode-se de fato falar em uma verdadeira crise da sociedade do trabalho. Nisto, existem duas coisas estranhas: a primeira, é que todas

as ideologias de modernização, inclusive o marxismo e o liberalismo, compreendem o trabalho como um fundamento ontológico ou antropológico. Assume-se que o homem, desde que existe, "tem trabalhado", e o trabalho aparece como algo fora da história. Se se fala agora em uma crise da sociedade do trabalho, contradiz-se a própria ideologia de base segundo a qual o trabalho é algo que diferencia o homem do animal. E então, naturalmente, o trabalho nunca poderia entrar em crise. (KURZ, 1995, entrevista)

Continuando, Kurz:

O segundo fato que parece paradoxal é que quando se falava antigamente de uma crise potencial ou de uma crise futura do capitalismo, falava-se da crise de valorização do dinheiro. Isto está totalmente fora de cogitação, parece que o capital não está em crise, apenas o trabalho. Isto é um paradoxo porque os dois são pólos de uma só e mesma relação. É tão impossível ao trabalho, *oabstractum* da modernidade, emancipar-se do capital e poder continuar sozinho a trabalhar para si, tal como era representado na religião de Estado no leste europeu ou também na visão fundamental do marxismo, quanto é impossível que o trabalho por si entre sozinho em crise e o capital continue a acumular. Acreditaria antes no dogma católico da transubstanciação ou em Virgem Maria que na possibilidade de valorização do capital sem o uso da força de trabalho abstrato, puramente como multiplicação de dinheiro. Aqui alguma coisa está errada. (KURZ, 1995, entrevista)

Como pode então o trabalho, enquanto sendo natural do homem entrar em crise?! Se a resposta for positiva então se configura uma crise do pensamento no marxismo tradicional e uma contradição nos próprios termos envolvidos.

E como poderá o capital continuar seu trajeto sem o trabalho, uma vez que um é indispensável ao outro?!

Nestas profusões reflexivas nos quais a pesquisa é norteada, que aprofundamos a discussão, por justamente ser o ponto de partida que oferece um pensar crítico sólido balizado pela categoria que até o momento histórico, fundamenta a existência do capital, sobre o modo produtivo, especificamente contraditório e assim especificado.

Esclarecido o ponto do discurso fetichista que nos diz sobre o problema, no caso brasileiro, das desigualdades imperarem em nosso território ser justamente o latifúndio improdutivo, o mau aproveitamento das terras. Aceitar este foco de crítica, o problema essencial é posto de lado, como algo secundário a ser problematizado. A real relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente produzido através da dominação das relações sociais engendradas pelo capital.

Validar este pensar o qual retira o foco central da crítica categorial ao sistema produtivo capitalista e seus bem feitos, as instituições monetárias, é aceitar

permanecer nesta situação de dominação. Para uma crítica que almeje a superação, se perder no fetiche é se perder da crítica.

Dissociado o trabalho abstrato do trabalho sensível, segue-se na compreensão de como através da modernização periférica o trabalho abstrato foi imposto e o que significa isto dizer. Descrever a realidade do momento estudado, ao cabo da análise, não é necessário um recorte histórico preciso, do ponto de vista de uma datação, sim, talvez uma periodização e contextualização histórica e material, já realizada.

Os caminhos do período da formação nacional, transcorrida a partir de 514 anos atrás, até os dias atuais, não alterou os desígnios realmente específicos do capital e da modernidade, mas sim, os possibilitou ao realizar a edificação dominante das instituições governamentais e monetárias unívocas da reprodução das relações sociais de produção especiais do modo de produção capitalistas aqui efetivadas.

7 - A racional irracionalidade da razão lógica – O processo da universalização da modernização segundo os interesses de mercado ligado ao processo de produção do capital

A história do mundo moderno só pode ser retratada como os afrescos pintados nas grandes catedrais católicas do século XV, enquanto sendo um conjunto interligado de acontecimentos, entrelaçados, como um retrato mundial do desenvolvimento de um sistema de impertinências em relação à vida e ao comportamento humano, uma história única, em conjunto, enquanto um retrato único independente da parte do mundo na qual o fragmento da mesma história esteja acontecendo. Um processo simultâneo global de efetivação do capital.

A ocorrência de fases do desenvolvimento do capital está marcada, portanto, na história humana enquanto processo histórico do desenvolvimento da modernidade. Movimento esse o qual abarca as imposições do sistema de produção capitalista, suas estruturas e agentes, ideologias e práticas sociais reais que se efetivaram no espaço ao longo de cinco séculos de história. Agindo em todas as fases com considerável crueldade a vida dos homens, através do emprego da violência direta ou indireta, escancarada ou mascarada, contadas por Marx (1988a; 1988b; 1988c) que se desenrola até os dias de hoje nos contos de Kurz (1992).

Nessa violenta história do capitalismo, na construção das bases ideológicas e fetichistas do sistema produtor de mercadorias e os críticos caminhos tomados pelo totalitarismo de mercado no processo mundial da modernização, é realizável pela sociedade do ethos do trabalho de Kurz (1992), com seus episódios contra a humanidade, apresenta os processos sociais modernos e contextualizados, desenha a profunda dimensão histórica que estabelece a dominação monetária enquanto processo civilizatório, bem como se coloca a relação centro e periferia do sistema moderno.

A realidade entre o capitalismo em seu modelo clássico europeu e na expressão fenomênica do capitalismo tardio, desenvolvido nos demais países para além do centro, ou seja, os países do capitalismo tardio e o capitalismo periférico como a marcha a fortificação desta lógica imanente das relações sociais de produção como são e foram efetivadas. KURZ (1992, p. 131 - 153)

Essa remontagem histórica crítica permite a elaboração do entendimento sobre os descaminhos irracionais contra o homem depreendidas pelo próprio homem,

empregadas pelo desenvolvimento do processo da valorização do valor enquanto sendo da natureza humana, quando do desenvolvimento do capital frente as suas formas históricas de apropriação do espaço.

Kurz (1999) em seus escritos “O livro negro do capitalismo”:

O livro é: 1) Uma história das três grandes revoluções industriais (introdução do sistema fabril através da máquina a vapor no início do séc. XIX, "automobilização" fordista através da produção em linha e racionalização da economia empresarial na primeira metade do sec. XX, revolução microeletrônica no limiar do séc. XXI); 2) Uma história da ciência da economia nacional com as suas vacilações permanentes entre os pólos do mercado e do Estado; 3) Uma história da ideologia legitimadora burguesa centrada na naturalização e biologização do social (a economia capitalista e suas conseqüências sociais são tratadas por ela como "lei natural" acima de qualquer crítica); 4) Uma história do disciplinamento de "material humano" e da *interiorização* de normas de comportamento capitalistas até chegar ao "homem autoregulativo" contemporâneo; 5) Uma história do movimento operário socialista e do socialismo do Estado, não como um contramodelo, mas como um "elemento imanente" da modernização burguesa; 6) Uma história das grandes crises que caracterizam, em sua essência, este sistema. (KURZ, 1999, entrevista)

Os escritos de Robert Kurz (1992; 1995; 1999), a teoria negatória que toca profundamente em pontos específicos desta modernidade, da economia de mercado, do Estado e do trabalho, através de sua teoria da valorização do valor e da negatividade do sistema ao que concerne ao ser e o parecer ser do capital, provenientes de estudos do legado de Marx (1988c). Permite assim encontrar perguntas e respostas, a respeito de uma urgente e renovada perspectiva de crítica social e de emancipação humana, real , a luz da elucidação das irracionalidades lógicas do sistema vigente e seu ataque a fauna e a flora, quando de suas formas manifestas no espaço torna-se evidente.

Para tanto o entendimento primordial consiste na conscientização do conflito básico da modernidade, a sociedade do “trabalho” do “não-trabalho”, como nos coloca Kurz , a saber da inter-relação entre Estado – Trabalho – Mercadoria – Sujeito.

O verdadeiro conflito básico da modernidade não é aquele entre “trabalho” e “não-trabalho”, como sempre supôs o marxismo ingênuo do movimento operário e da luta de classes, mas sim aquele entre o conteúdo social e a forma não-social, desprovida de consciência, do próprio trabalho. A sujeição de todos os valores e finalidades qualitativa dos homens e de todas as necessidades concretas a esta finalidade sem qualidade do trabalho morto de se fazer dois marcos de um marco; enfim, esta exigência descabida do sistema produtor de mercadorias torna obrigatória, como uma expressão exterior de seu antagonismo interno, a contradição institucional permanente entre

Estado e mercado. A divisão interna do sujeito burguês manifesta-se como existência dupla, dividida entre a ação referente ao dinheiro ou ao mercado e a do cidadão. (KURZ, 1992, p. 40)

Desde o início do desenvolvimento do processo histórico da modernidade, período de pré-história da acumulação, já aparecia à violência, antes escancarada no período de surgimento e expansão do capital e depois mascarada, travestida de ideais igualitários e aparentemente no discurso, socialmente mais justo, na forma de ser do socialismo real e do surgimento do Estado do bem estar-social. Enquanto expressões fenomênicas dos desenganos que perpassam pelos movimentos sociais, e, revolucionários ocorridos até então, por não perceberem os desígnios do capital embutidos em suas lutas embora teoricamente e ideologicamente falando, assim não apareciam.

Sendo este o desengano do sujeito, que ao defender ou esta forma de trabalho, ou o Estado ou a nação está defendendo o capital.

Faz parte da cegueira do movimento operário o fato de este não conseguir decifrar suas próprias intenções como elemento da modernização baseada em ideias de trabalho forçado na cadeia; isso se manifesta de forma muito intensa no exemplo da União Soviética. Em todos os surtos de modernização do sistema produtor de mercadorias, o elemento do estatismo apareceu em primeiro plano, ainda que nas formas e disfarces mais diversos. O absolutismo foi apenas uma de suas primeiras manifestações, mas o estatismo não desapareceu junto com ele. (KURZ, 1992, p. 31)

A efetivação de uma leitura crítica-radical da modernização do ponto de vista da simultaneidade do processo através de uma apresentação integrada de aspectos que normalmente estão sendo apresentados monograficamente separados, segundo Kurz (1999) em entrevista ao Departamento de Geografia da USP, nos diz.

Elucida a realidade a qual o capital, configurada há existência da vida humana, nunca trouxe o bem estar e sim o mal estar, a presença dos surtos intermináveis de pobreza e degradação humanas e ambientais massivas, opressivas e recorrentes no espaço. KURZ (1992)

A assim chamada nação, tão pouco suprahistórica como o trabalho, foi uma invenção do século XVIII. Ela não é outra coisa senão o invólucro cultural e imaginativo do Estado capitalista e da forma irracional de legitimação para uma "continuação político-militar de concorrência com outros meios". O "Livro Negro" tematiza tanto a integração histórica do movimento de trabalhadores e do socialismo na mania nacional, como também tematiza a crise do contexto nacional na atual globalização do capital. O conceito de "libertação

nacional" demonstra-se agora como uma contradição em si. O apelo à nação não é nenhuma alternativa à globalização, mas é apenas reacionário. A esquerda precisa de formas de organização e ação transnacionais para estar de novo à altura do desenvolvimento capitalista. Só podemos pensar um futuro pós-capitalista através de formas pós-nacionais de reprodução (KURZ, 1999, entrevista)

A cooptação, pelo sistema é imanente e pertencem a gênese do mesmo, é realizada a nível de consciência, alterando a própria consciência de teorias práticas do ponto de vista da ação imediatista e intervencionista, mas de nem todas as práticas teóricas concernentes a teoria da crítica social materialista, sendo aqui que a gama referenciada de autores se encaixa.

Para se pensar em mudança ou revolução, se colocam enquanto determinações diferentes. Por precisar uma análise crítica reflexiva as categorias do capital, articula um conhecimento que problematiza a relação às avessas entre o sujeito que se confunde com as funções de estado e desta sociedade. Perpetuando o invólucro fetichista do discurso de desenvolvimento político²².

Significa a aceitação de que o discurso permeado de ideias conciliadoras das contradições não aceitam as alteridades como possíveis e reais. Ora, pode se pensar e buscar o entendimento destas aceitações como uma vontade humana de resolver o conflito existencial do espírito, em busca da felicidade e para isso se torna necessário à afirmação do autoengano. Fala-se aqui da questão de perceber e conceber o ser através das sensações, do visual o mais preponderante a análise, ao captar a forma da imagem, e, então um vasto campo do pensar se articula desde então para entendermo-nos no mundo. Ocorre que estas formas a partir do visual não são descoladas de especificações históricas e materiais quanto à razão de existir, o qual apenas ao olhar se furta.

Para Santo Agostinho, o olho é o mais espiritual dos sentidos. E, por trás de Santo Agostinho, todo o platonismo reporta a idéia de visão. Conhecido por mimese, mas de longe, sem a absorção imediata da matéria, o olho capta o objeto sem toca-lo [...]. Intui e compreende sinteticamente, constrói a imagem não por assimilação, mas por similitudes e analogias. Daí, o caráter de hiato, de distancia, terrivelmente presente às vezes, que a imagem detém; daí, o fascínio com que o homem procura achar-se à sua engenhosa substancialidade. (BOSI, 1977, p. 17)

²² FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983; (1983, p. 13 – 136).

Sendo estes fatos históricos dos acontecimentos de inquietações sociais ocorridos sob a égide do capital e a teorização por trás dessas manifestações são nada mais além do que embates do processo de modernização do mundo, assim nos permite entender sobre tal dinâmica, uma vez (des)feticizada, do olhar no foco romantizado²³.

O socialismo, o liberalismo, a socialdemocracia nada mais foi do que a efetivação do Estado, do mercado, da democracia e a cidadania a serviço da modernização e conseqüentemente parte do ensejo da necessidade do capital e de sua recorrente valorização através da manutenção da sociabilidade na forma mercadológica provenientes da formação deste trabalho modulado, tão logo mediado por trocas na esfera mercantil.

Bem como as premissas dos levantes sociais reais revolucionários até hoje, foram às mesmas deste sistema social dominante, como nos demonstra a passagem, culminando com a bancocracia burocrática moderna descrita pelo próprio Karl Marx em fragmento citado ao longo do texto, não recorro no momento, se em páginas acima ou abaixo.

Enquanto o capitalismo não estava plenamente desenvolvido, também o sistema do direito burguês ainda não estava num estado completo. A universalidade e igualdade da forma-direito ainda não estava construída; principalmente na área política (direito de eleição, direito de reunião, direito de coligação etc.), uma grande parte da população ficou excluída total ou parcialmente dos direitos burgueses. Por isso, a atenção para mudanças se dirigia antes de tudo à esfera política. Sob o nome de democracia, a reivindicação por "igualdade política e liberdade" foi declarada objetivo histórico. O "Livro negro" analisa esta orientação como uma ilusão histórica. Pois a integração das massas na cidadania moderna era ao mesmo tempo um disciplinamento que estreitava a consciência e a ação nos moldes da sociedade capitalista. Por isso, as diversas ditaduras da modernização não eram nenhum contraponto à democracia, mas um estágio histórico passageiro da própria democracia. A esperança de que sistemas democráticos de decisão poderiam regular o sistema econômico pressuposto há muito tempo foi cruelmente desacreditada. Pois, antes que os membros da sociedade do sistema produtor de mercadorias iniciem sua discussão democrática, já são definidos a priori como concorrentes econômicos. A valorização do dinheiro, o mercado e a concorrência criam alternativas irracionais que apenas a posteriori são trabalhadas pelos procedimentos democráticos. Hoje, o charme da democracia tornou-se definitivamente algo insípido. Pela crítica globalização do capital, o totalitarismo econômico do mercado leva não só a política democrática, mas a política em si ad absurdum. (KURZ, 1999, entrevista)

²³ ARANTES, Paulo E. Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz; (1992, p. 9 - 45).

As alternativas existentes até hoje competem na realidade a um formulário revestido de crítica mais que está dentro de um quadro referencial da Ordem Ocidental Democrática, Kurz (1992), e de perpetuação da economia de mercado, portanto essas teorias nada têm de críticas de fato, uma vez que mantém os pressupostos inerentes ao sistema. São outras formas de se fazer da realidade posta sobre um discurso de igualdade social, diminuindo assim, ao menos no discurso e no parecer ser da problemática do embate, entre as diferenças de classes, porque diluído assim esse problema social, o sistema aparece então enquanto sendo menos ofensivo e mais justo aos seres humanos quando na verdade não o é. (KURZ, 1999, entrevista)

Como utilizar o Estado para se fazer um capitalismo democrático de direito igualitário?! Se expressa a contradição clara nos termos e na reflexão envolvida neste questionamento. Não cabe se pensar em como e o que deveria ser feito para tal intento conciliatório, pois assim se pretende uma reunião de contradições inconciliáveis. Reflexões deste tipo amargam ideais ilusórios e fetichizados, uma vez que aqui no limbo, está o pensamento e neste imbróglio custa se perceber.

Toda a verdadeira virtualidade capitalista encontra-se escondida sobre essa face boazinha e mais justa e igualitária aos homens, esconde assim, sua real determinação de ter transformado o homem em mercadoria. Ter naturalizado ao homem concepções que são meramente da lógica do capital e não da natureza humana de fato, ao que concerne ao trabalho o cerne de toda essa mentira contada e creditada pelo sistema a nível de consciência.

O sistema internalizou esse engodo em verdade absoluta – os valores mercadológicos em valores naturais do homem através da deusificação do trabalho, como nos aponta a leitura Kurziana.

Gostaria de tentar redefinir este problema. Em geral, associava-se o problema do Socialismo de Estado ao conceito de "industrialização retardatária". Mas essa redução implica em procurar o problema só no nível quase técnico da industrialização e seus custos, sem partir das determinações das formas sociais. Do ponto de vista capitalista moderno, a industrialização retardatária só poderia ser um problema das regiões relativamente atrasadas – Rússia, China, o assim chamado Terceiro Mundo, as regiões pós-coloniais. Em nenhum destes lugares existia o problema da superação da sociedade capitalista – pois o que não existe logicamente não pode ser superado –, ao contrário: eram repetidas, de um modo específico, formas que nós já conhecíamos no ocidente há cento e cinquenta, duzentos anos atrás. Refiro-me aos sistemas econômicos estatais do mercantilismo dos séculos 17 e 18. Encontramos ali muitas coisas que existiam também no Socialismo de Estado: monopólio do comércio exterior, fixação estatal de preços, propriedade estatal dos meios de produção mais avançados (que na época eram as manufaturas). Não é nada totalmente novo, o fato é que

apenas aconteceu no ocidente muito antes e já foi esquecido. Nesse sentido repetiu-se o desenvolvimento ocidental, inclusive suas formas revolucionárias. (KURZ, 1999, entrevista)

Deste ponto de vista, a famosa Revolução de Outubro foi a retomada da Revolução Francesa no leste europeu. E também os movimentos de libertação nacional posteriores, a revolução na China e revoluções semelhantes foram, por assim dizer, a imitação ou o resgate retardatário daquilo que no ocidente foi a Revolução Francesa, inclusive as bandeiras, as barricadas, a luta armada e tudo que soa à mitologia. Obviamente isto significa para a esquerda ocidental o reconhecimento amargo de que ela sofria, de certa forma, de uma ilusão de ótica. Não que os fatos não tivessem sentido – é uma abordagem questionável querer julgar processos e desenvolvimentos históricos como certos ou errados ou até como bons ou maus – são formações de época nas quais apareceram atores sob condições determinadas. (KURZ, 1999, entrevista)

Isso não é uma condenação da história, ao contrário, eu gostaria de demonstrar o caráter da crise atual como uma crise conjunta do sistema mundial contemporâneo unificado. (KURZ, 1999, entrevista)

A crise da sociedade do trabalho já estava em curso desde o início do desenvolvimento das forças produtivas, esse processo desenvolvendo-se ciclicamente alternando entre boas ofertas de mercado e trabalho e maus bocados, de formação do exército de reserva industrial e da divisão social do trabalho²⁴ já descrito por Marx (1988a), já esboçava a crise nesse circuito arraigado a racionalidade capitalista da contradição capital trabalho. E as diferentes formas que se expressa em diferentes países, essas crises do sistema em países do capitalismo tardio e no capitalismo periférico, a exemplo do Brasil.

Isso tem algo a ver com o fato de não tratar-se de um puro movimento cíclico. O ciclo normal, por assim dizer, do movimento capitalista, é recoberto por um outro problema, muitas vezes chamado de crise estrutural. Por isso, fala-se hoje já em desemprego estrutural em massa e não apenas em desemprego cíclico. Isto quer dizer que as cifras do desemprego não se reduzem na fase de recuperação cíclica da conjuntura, mas ao contrário, elas ainda se ampliam. (KURZ, 1995, entrevista)

Nunca houve na história da modernização algo assim. O desemprego em massa (se é que existiu na grande crise mundial de 1929) era um fenômeno cíclico que também foi reduzido com a recuperação conjuntural cíclica. Marx chamava isso de "exército industrial de reserva". Os desempregados foram considerados apenas como exército de reserva para a próxima recuperação conjuntural e assim ficavam à disposição para a reabsorção como força de trabalho no movimento de valorização do capital. Isso parece que acabou. De ciclo para ciclo, e totalmente independente de seus altos e baixos, aumentou o

²⁴ Ver em MARX, C. O processo de produção do capital; (1988a, p. 256-276).

desemprego natural. Já mencionei que na República Federal da Alemanha falar de um desemprego de "apenas" um milhão de pessoas seria um ótimo resultado, hoje já são quatro milhões. O desemprego em massa seria muito maior se nós considerarmos as diversas medidas amortecedoras - aposentadorias prévias, medidas de política social do Ministério do Trabalho - e os truques estatísticos. Essa maquiagem do desemprego em massa com ajuda de truques estatísticos é comum em todos os países que ainda se utilizam de estatísticas de desemprego. Na República Federal da Alemanha esta maquiagem pode ser vista pela mudança na apresentação do índice que, até alguns anos atrás, ainda era feita em relação ao número total de empregados, isto é, de assalariados. Entrementes, já se faz a relação com o número total da população economicamente ativa, incluindo todos os autônomos, os empresários e a força de trabalho de família integrada para embelezar a estatística. Estes são apenas exemplos; os truques mudam de Estado para Estado, de país para país, mas são aplicados. (KURZ, 1995, entrevista)

Pensando o Brasil imerso nesta realidade global concorrencial de acumulação de riqueza, o humano, tem de se preocupar em como se inserir neste meio, do ponto de vista da própria manutenção da vida. No mundo em que os donos das sementes e logo dos alimentos são, hoje as grandes corporações²⁵ a exemplo contemporâneo da antiga companhia das Índias Orientais. Tal comparação é feita resguardada das devidas preocupações de escala e temporalidade, porém, delimitando a nível comparativo relativo a finalidade.

Desde que o mundo é hegemônico pelo capital, o equilíbrio natural entre homem e natureza foi quebrado e a condição humana nova e específica deste momento histórico se produz pela ideia proveniente da imagem para este ser no espaço.

Para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana. Pois nem aqueles que discutimos neste livro nem as que deixamos de mencionar, como o pensamento e a razão, e nem mesmo a mais meticulosa enumeração de todas elas, constituem características essenciais da existência humana no sentido de que, sem elas, essa existência deixaria de ser humana. [...] (ARENDETT, 1993, p. 17 - 18)

O conjunto de condições do desenvolvimento econômico regente da vida na terra se preocupa em agregar valor de troca à suas mercadorias para a concorrência no mercado global. A naturalidade em atrelar, a indústria, a produção destes bens, alicerça os termos da organização produtiva social. MARX (1988c, p.245 – 362)

²⁵ Ver em SHIVA, Vandana. Biodiversidade, Direitos de Propriedade Intelectual e Globalização; (2005, p. 318-340).

Qual é o ser do Brasil, se não o da reprodução do protótipo requerido por conveniência à razão de se existir nesta realidade?! Desde o princípio na relação mercantil ocorrida entre metrópole e colônia²⁶.

²⁶ Ver MARX, C. O processo de produção do capital; (1988a, p. 258-276). Aqui vê-se expresso o caráter capitalista da produção de manufatura e do seu intercâmbio.

8 - Sobre o Brasil

A moderna sociedade produtora de mercadorias é fruto do capital, e, apenas a partir do surgimento deste se torna inteligível a compreensão e a existência de suas expressões fenomênicas no espaço, da maneira como é repostado a apropriação do mesmo pela reprodução das relações sociais de produção. A forma de ser do capital em cada canto do planeta em diversas escalas entre o local e o global, das forças efetivas, habilita de acordo com as formas de atuação concreta no espaço produzido, a dominação ensejada. Isto realizar-se-ia, através das instituições sociais investidas da produtividade comercial do moderno, com toda a carga adquirida de conhecimento, que consiste nestes dizeres.

Já está posto e repostado. Através da subversão de finalidades nas referidas organizações, que se expressa em arranjos sócio-espaciais que territorializam os imperativos capitalistas na organização do mundo moderno.

Atrelada à produção do valor, através da dinâmica da reprodução do dinheiro – composição orgânica do capital²⁷, quando da utilização do trabalho sem sentido a vida humana enquanto natural como um estágio positivo do desenvolvimento, e, absorvido no indivíduo, é a marca das implicações das ideologias fetichistas, se tomado como natural a organização de vida humana baseada nestas condições degradantes expressas no século XXI, em que existe países extremamente munidos de dinheiro e outros países monetarizados com expressiva massa de sujeitos desprovidos de dinheiro, para citarmos um país tomado como exímio exemplar desta disparidade contemporânea fiquemos com os Estados Unidos da América e a Somália.

Em nenhum lugar antes esse *ethos* protestante do trabalhador abstrato dentro de uma sociedade transformada numa máquina de trabalho, declarada por Max Weber, como característica constitutiva ideológica e histórica do capitalismo, foi posto em prática com mais fervor e

²⁷ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política; O Processo de Produção do Capital. Volume III. (1988c, p. 245-250).

rigor do que no movimento operário e nas formações sociais do socialismo real. (KURZ, 1992, p. 18)

Essa situação em nada se modifica pelo fato de que a motivação da subordinação do homem à máquina de trabalho transferiu-se dos indivíduos ao Estado e a seus metaobjetos econômicos; a submissão à abstração do trabalho manifesta-se nela até de forma mais óbvia e rígida [...] (KURZ, 1992, p. 18)

E continua:

O socialismo do movimento operário nunca esteve muito distante dessa criação fetichista da motivação do antigo protestantismo. Enquanto este colocou o trabalho abstrato a serviço da religião, aquele transformou o trabalho abstrato numa religião secularizada, a do endeusamento da riqueza nacional, transcendente aos fins vinculados às necessidades humanas; precisamente para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado aos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a reforma. (KURZ, 1992, p. 19)

Para tanto a sociedade pautada no trabalho se torna essencialmente indispensável para a produção do valor neste sistema mercadológico mundial. A conscientização e a problematização, bem como a confusão, teórica-metodológica, dos meandros da contradição entre o capital e o trabalho, perpassa pelo entendimento de suas categorias analíticas, se coloca, a pertinência, de um estudo epistemológico, através de elucubrações preeminentes de uma leitura negativa dessa dinâmica. Assim como pretendido.

Significa tomar a colonização do solo brasileiro enquanto o momento da imposição da dominação forçada e imposta pelos colonizadores europeus que agiram com força bruta e crueldade da mesma maneira que agiram na Europa séculos antes²⁸, pensando na comparação em relação ao quadro exponencial que ocorrerá na Europa, no mundo Grego, no contexto das grandes transformações recorrentes entre os povos nos modos das relações sociais de trocas mercantis entre sociedades²⁹.

Os esforços deste trabalho representa a dificuldade reflexiva de alcançar o entendimento referente ao fato, de que, a quase que extinção dos indígenas, representa já, os sentidos nos quais a colonização serve e estabelece suas estruturas e agentes de dominação do espaço.

²⁸MONEDERO, A, J, D. Griegos y no Griegosen Ámbitos Coloniales: Conflictos e interaciones; (2012, p. 31-32). Sobre a violência no trato com o indígena.

²⁹MONEDERO, A, J, D. Griegos y no Griegosen Ámbitos Coloniales: Conflictos e interaciones; (2012, p. 32-45). Sentidos das trocas mercantilizadas em relação as posturas humanas nos intercâmbios de mercadorias, transformações recorrentes que nos servem como base de entendimento às modernas relações estabelecidas pela forma mercadoria, ainda que em surgimento, estabelecidas por atos violentos. Em relação diretamente intrínseca as cidades, a dinâmica urbana.

O entrelaçamento, portanto das categorias da moderna sociedade do trabalho e da mercadoria, se efetiva através de interação funcional de seus elementos constitutivos na forma específica de ser dos estados modernos e da conseqüente institucionalização normativa competente as normatividades de aplicabilidade da forma de leis³⁰. (MARX, 1977, p. 1 – 14)

Essa conjuntura se torna então de difícil compreensão já que essas estruturas existiam anteriormente ao surgimento do capital, a nomenclatura proeminente, porém, a necessidade, se da na medida em que essas categorias, mercadoria, Estado, dinheiro/moeda e trabalho, embora já existissem com os mesmos termos em períodos pré-capital, eles não eram de forma alguma as mediações sociais que se tornaram a partir do capital e, portanto enquanto fruto deste sistema abstrato de dominação concreta.

Posto isso então e a partir deste entendimento da real funcionalidade e objetivação dessas categorizações é que se permite a leitura e interpretação de uma leitura crítica.

O entendimento do desenvolvimento histórico, primitivo, de categorias como trabalho, mercadoria, estado e dinheiro só se tornam possíveis ao se tomar como base a dinâmica das sociedades também primitivas, como já dizia o estudo marxiano, a exemplo da sociedade Indiana antiga e dos Incas. Em que a realidade manifestada no passado remonta a expressão fenomênica dessas formas de ser, em algo extrínseco ao sistema, ou seja, a divisão do trabalho é algo insípido, bem como a produção e a circulação das mercadorias nesse período, se trata, portanto, de casos de trocas isoladas e não em um emaranhado dinâmico produtivo de valor abstrato através da venda da força de trabalho humano em escala planetária. Pois o termo capital compreende, ambos os termos, capital e trabalho, na medida em que o valor é atribuído à existência do trabalho embutido. MARX (1998a, p. 142 – 156)

Portanto não serve de modelo para se esmiuçar as contradições do sistema moderno produtor de mercadorias, nestas sociedades a finalidade de trocas eram exatamente outras, ainda pelo prisma kurziano.

Então, se torna necessário exprimir as contradições do moderno sistema produtivo, através do estudo categorial sobre a divisão do trabalho na sociedade industrial moderna, para se elucidar as relações estritamente frutos desta era, quanto à

³⁰ MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução; (1977, p. 1 - 14)

mercadoria, estado e dinheiro nesses moldes estritamente capitalista de produção, sem relegar a realidade das condições impostas ao humano, neste contexto histórico específico, já que as dimensões estão inter-relacionadas, quanto à economia e a política – a indústria cultural.

Logo o modo de vida, e organização desse modelo de sociedades primitivas, não serve para a problematização do entendimento dessas categorias na era moderna, pois, tanto a produção quanto a circulação de mercadorias e conseqüentemente o mercado, o estado e o dinheiro, estão associados a uma divisão do trabalho, não em um estágio pouco desenvolvida e sim no momento de um pleno desenvolvimento de suas engrenagens constitutivas – forças produtivas, para pensarmos em termos marxianos.

Tanto o mercado como o dinheiro e sua circulação surgiram historicamente como relações sociais extrínsecas, na troca de produtos isolados uns dos outros e cujas produções imediatas estavam afastadas; portanto, mercado e dinheiro não são, em termos históricos, nada além da expressão de uma divisão do trabalho ainda pouco desenvolvida, cujas garras não haviam se estendido. A interpretação habitual é justamente contrária, mas então os critérios para comparação podem ser tomados de sociedades primitivas cuja reprodução se realiza quase sem divisão do trabalho. (KURZ, 1992, p. 69)

Mas para reconhecer, em comparação com o desenvolvimento histórico primitivo das categorias do mercado e do dinheiro, as contradições lógicas do moderno sistema produtor de mercadorias, deve-se examinar, ao contrário, a divisão do trabalho na sociedade moderna industrial. Os sistemas com divisão de trabalho altamente desenvolvida não tem, de forma alguma, a expansão e a conseqüente universalização da forma-mercadoria e da forma dinheiro como conseqüência “natural”. Tal ideia pressupõe uma identidade direta da divisão social do trabalho e da forma-mercadoria que na verdade não existe. (KURZ, 1992, p. 69)

Posto as contradições lógicas, logo, vê-se a transgressão da finalidade destas formas primitivas, do estágio embrionário do desenvolvimento da sociabilidade.

Uma forma de sociabilização embrionária e extrínseca, mesmo que mediada pelas trocas, nada tinha de conciliatório com a personificação do Deus trabalho para uma economia de mercado global de reprodução do papel moeda, mantendo o raciocínio do autor.

[...] Mas, logo que no processo da modernidade a divisão do trabalho transgredi definitivamente essas estruturas primitivas, logo que as produções industriais, em escala crescente, estão diretamente engrenadas, soldando-se num sistema global imediato que é alimentado por agregados sociais globais como ciências, educação, etc., logo que, portanto, nasce um entrelaçamento universal, o sistema

de divisão do trabalho deixa de responder, em seus aspectos “matérias”, “técnicos” e de “conteúdo”, às categorias primitivas do mercado e do dinheiro. Essas categorias foram sobrepujadas. [...] (KURZ, 1992, p. 70)

Por esta ocorrência, a antiga organização das sociedades primitivas embora sirva para uma remontagem histórica das estruturas e categorias analíticas e terminologias empregadas, de nada nos serve para entender a lógica e a dinâmica do moderno bem como a nova finalidade dessas estruturas no período do capitalismo, a não ser como realidades comparativas de diferenças organizacionais de sociedades ao longo da História. E como o Brasil, enquanto colônia se encontra neste momento modernizante das grandes navegações, é um ponto complicado tomar o Brasil como que desenvolvido por mecanismos primitivos, ou de assimilação e incorporações destes.

Embora essas terminologias sejam as mesmas para designar tais categorias que também são as mesmas, apenas a partir do estágio de desenvolvimento moderno do capital, é possível associar-se enquanto modelo de explicação e comparativo das crises do sistema capitalista.

A crescente socialização direta das produções reais é, portanto, simultânea a generalização das categorias formais de uma socialização indireta e posteriormente imposta, isto é, as da mercadoria e do dinheiro. Nisso consiste a absurda contradição básica da modernidade. A reprodução social vira-se contra seu conteúdo, o dinheiro, que passou a trazer seu fim em si mesmo, contra o mundo sensível e concreto. Somente sobre essa base pode nascer a concorrência como necessidade lógica e princípio impulsor do sistema produtor de mercadorias. Os produtos, em seu contexto social, já não representam aquilo que realmente são no sentido material-sensível; sua produção é, na verdade, produção de mais-valia. Sem dúvida, a troca no mercado continua apresentando-se como compra e venda de bens necessários concretos, sendo, porém, em seu contexto social efetivo apenas a realização da mais-valia encarnada nos bens, a transformação em sua forma verdadeira, a do dinheiro. Os bens de uso são degradados a um mero estado transitório no processo de mudança de forma do valor econômico abstrato. A concorrência é apenas a forma na qual esse automovimento do dinheiro impõe-se aos sujeitos como “lei coativa” externa (Marx), provocando assim uma dinamização social cujo caráter contraditório se explica pela relação entre produção e circulação de um sistema produtor de mercadorias. (KURZ, 2004, p.70-71)

Esta determinação histórica material mundial recobre o Brasil desde que encontrado pelo Português, já condicionados na divisão social do trabalho. (KURZ, 1992, p. 69 – 76)

Os europeus ao encontrarem e tomarem as terras para si tomaram-na, para os empreendimentos de capitais e já se constituirá as instituições sociais por este viés transgressor de finalidades sensíveis em insensíveis, nos moldes acima problematizados.

Pois bem, atentarmos para a constituição nacional de Brasil, tomando por base o momento da colonização, mesmo que as cidades erigidas tenham se dado anos depois e de diversas maneiras, essas atestam a racionalidade reprodutiva da reprodução da vida³¹. (CARLOS, A. 2008, p. 249 – 263)

Dizer sobre os sentidos que já estavam postos desde a colonização territorial no litoral, neste momento da reflexão não se configura mais como nenhum absurdo do pensar.

A organização rural/urbana se iniciou através dos aldeamentos paulistas³². E embora a espacialidade que se apresenta, até hoje como agrária, do ponto de vista antes das parcerias rurais, hoje são tidas através do maquinário agrícola, sempre foram investidas das determinações advindas da racionalidade urbana, trazidas da metrópole, independente da técnica e da tecnologia empregada no processo produtivo³³.

As terras virgens e a população indígena existente foram tão logo incorporadas ao sistema de integração monetária e monetarizante, primeiramente e acima de tudo, através destas reduções às quais tinham enquanto obrigatoriedade ensinar aos selvagens primitivos a trabalhar e a viver³⁴ no tempo do Inglês. (HAUBERT, 1990, p. 76)

Instaurando a incorporação forçada da imposição do trabalho abstrato que a própria ocupação do espaço agrário remetia pela estratégia de colonização, “realizar-se-ia com a constituição de uma centralidade que o dominasse: o espaço urbano fundamentado pela propriedade privada da terra” ALFREDO (2003) elucida que através da formação das bases do sistema, propriedade privada, trabalho e produção de valor, requerem a instauração das instituições sociais também já por sobre estes desígnios do seu processo do moderno, em que se redobrar, enquanto ser que se acumule, e ,estímule novas formas de caracterização, mesmo que as avessas, se fenomenaliza no espaço e se

³¹ CARLOS, Ana Fani A. A (re)produção do Espaço Urbano; (2008, p. 249-263). Questões sobre o ritmo do cotidiano das cidades.

³² PETRONE, Pasquale. As funções dos aldeamentos. In: PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. (1995, p. 201-223).

³³ ALFREDO, Anselmo. A Constituição do Espaço Urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a Problemática Indígena na relação contraditória cidade campo; (2003, p. 1-2).

³⁴ HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das missões; (1990, p. 197). Sobre o sucesso das missões.

concretiza na vida humana brasileira desde o primeiro momento efetivo de ocupação sócio-territorial³⁵.

A administração colonial colocou seu poderio de coroa portuguesa por sobre o recobrimento deste território indígena. E articulando a relação do centro e da periferia capitalista a ponto de uma só existir por se relacionar com a sua outra parte. (PRADO JR, 1997, p. 19 – 32)

E efetuando-se definitivamente a primeira formação, de que nos descreve ALFREDO (2003), vê-se que “sentidos da sociedade brasileira que propuseram a redefinição da cidade de sua condição de meio para a de fim (objetivo) do processo social” está posto. Se há na pertinência de se pensar as especificações do lugar, aqui se expressa a finalidade deste pensar. No que concerne dizer que a especificação do capitalismo brasileiro seria justamente o de uma imposição forçosa e forçada pelo centro, da instalação de suas bases fetichistas desde o início da ocupação territorial.

Então, partimos para o momento de entendermos que no Brasil, quando se teoriza sobre a formação, entende-se que a teoria da dependência, da margem a interpretação do desenvolvimento desigual e combinado como o modo de se descrever o capitalismo periférico, através das ideias de etapas de desenvolvimento econômico. Aqui se coloca as contradições em âmbito nacional, em decorrência do fato de o próprio capital aqui imperar, e não pelo fato de nossa condição de existência periférica.

Obter a estrutura ensaística literária e a articulação com o processo social, o crítico literário, assim, constrói a formação do processo social em teoria crítica social³⁶. Esta lógica da dialética da dualidade brasileira, em que duas ordens são tidas como opostas, a civilizada e a primitiva, aqui não se aplica, já que os primitivos tão logo foram quase exterminados e junto com eles, suas instituições organizativas. (ARANTES, 1992. p. 90 - 107)

Esta prática de expurgar e subjugar povos e sociedades advém das práticas imperialistas desde que o homem passou a se enxergar como uma espécie de semi-deus, o herói nacional, e assim sendo, as terras e as transações comerciais passaram a ter outra finalidade que a união, a cooperação entre povos que união ações. As trocas mercantis

³⁵ PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo; (1997, p. 35-54). Sobre o povoamento PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo; (1997, p. 298-340).

³⁶ Ver em OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo: Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz; (2007, p. 149-152).

Ver em KURZ, Robert. A ruptura ontológica. In: CEVASCO, Maria E. e OHATA, Milton (org.). Um crítico na periferia do capitalismo: Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz; (2007, p. 153-167).

agora já não mais se preocupam em suprir necessidades orgânicas, vitais e alimentícias, entre regiões do globo em que haja homens vivendo³⁷.

Estas são as outras palavras, se pensarmos, certo tipo de transgressão cultural que ocorrerá, e fundamentasse as ações modernas do humano, seguindo agora no sentido da dominação do homem articulada pelo outro semelhante.

Estas mudanças, políticas, culturais, econômicas e sociais, se deram de maneira composta, em todos os âmbitos da vivência humana, tanto social quanto interacional com o meio ambiente. Das alterações que ocorrerá na passagem de uma era pré moderna a moderna, se configura, a problematização exposta na pesquisa, que nos diz como se deu, no espaço, estas transgressões de sentido na História. Contudo, o Brasil, frente a data e o período contextual de seu descobrimento e formação, é tão moderno, neste sentido, quanto outra nação do centro o é.

O raciocínio aqui pretendido perpassa sobre o entendimento a formação da experiência nacional existente entre a crítica literária e a Geografia³⁸, refletindo sobre o dual e combinado no discurso desenvolvimentista na medida em que se tem de problematizar o autêntico e o imitado para entendermos que de autêntico no Brasil existe, a prática de se imitar, imitar o discurso fetichizado de classes.

A simultaneidade do capital ao se fixar na colônia, na periferia, articulou uma unidade contraditória, escravidão moderna, oligarquia e liberalismo, antagonismos e acomodações, ou seja, a acomodação desconforme entre a ideia do antigo e do moderno convivendo juntos, elementos pré e pós capital.

A confusão reflexiva se expressa claramente na citação de Arantes (1992) sobre certas brasilidades:

[...] “Valen-se com frequência da lição de Lênin, Trotski, Gramsci e Rosa Luxemburgo; entretanto são publicados com destaque no *Estado de São Paulo*, que não é um jornal de esquerda. Filiam-se ostensivamente à tradição marxista - um dos subtítulos é *Que fazer?* - mas concentram sua esperança nas Forças Armadas, rebatizadas de proletários do sistema. Batem-se pela independência dos povos, e também pela expansão imperialista do Brasil. São conspiratórios, mas destinam-se ao grande público. Baseiam-se em um esquema de luta de classes e propõem a união nacional” O que pensar deste imbróglio? Não se trata apenas de falta de lógica. [...] (ARANTES, 1992, p. 58)

³⁷ ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética de Esclarecimento*; Fragmentos Filosóficos; (1947, p. 23-79).

³⁸ CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*; (2001, p. 177-199). Ao falar de estrutura literária e sua função histórica.

Realmente ocorrera uma acomodação desconforme entre formas arcaicas de organização com as novas formas modernas de interação social, porém, isto não requer dizer que o desenvolvimento capitalista central será repostado aqui de forma como se deu lá, Inglaterra, como cópia fiel, só no princípio da objetivação social de produção incorporada³⁹.

Aqui no Brasil a simultaneidade, em sua forma, a urbana, já está reiterada no território e imposto ao itinerário da vida moderna nacionalista desde o começo da construção da nação brasileira, qualquer outra forma organizacional foi compelida a findar-se⁴⁰. O que consiste em entender que o arranjo sócio territorial foi ordenado de maneira a está centrado nas preocupações da centralidade urbana nas cidades. O modo de viver e de produzir seja no campo ou na cidade é ditada pelo regime da dinâmica do urbano. E nisto sim, está a exportação das relações inglesas de produção das mercadorias e da sociabilidade mediada pelas trocas.

³⁹ Ver HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das missões; (1990, p. 1-313). Sobre alterações na sociabilidade, humanas na realidade de uma periferia, em relação ao centro – da gênese do capital, a Europa como o entorno dos territórios em que ocorrera tais transformações sobre a concepção de liberdade em uma organização em sociedade num Estado de guerra em potencia eminente, já realizada, anteriormente, antes da reposição da mesma lógica social monetária instituída no Estado de uma nova parte do continente Americano ainda não conquistado pelo homem branco, a nossa experiência.

⁴⁰ HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das missões; (1990, p. 75). Os costumes, as crenças, e as mitologias pagãs foram negligenciados pelos missionários. Catalogaram-no, a cultura indígena, como obra demoníaca e assim por fim não a estudaram apenas as ignoraram. Durante a existência das reduções. Este foi o primeiro sufocamento e extermínio prático que ocorrerá neste outro modo de organização social de brasileiros em território nacional.

HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das missões; (1990, p. 18) (Prefácio) Jacques Soutelle, da Academia Francesa, Paris, 8 de Setembro de 1986. O segundo momento, foi quando por decreto do rei de Portugal e Espanha as missões passam a ser proibidas. Jacques Soutelle, da Academia Francesa, Paris, 8 de Setembro de 1986.

9 - Processo de modernização no capitalismo periférico

Conceber o Brasil já moderno desde sua gênese implica, em escarafunchar o sistema colonial do mundo moderno para se entender a dinâmica deste processo modernizante.

No Brasil, referente às instituições monetárias de capitais pela forma da organização social da reprodução das específicas mediações referidas, de dominação estatal, Moreira (2008).

Pensar historicamente, tanto material quanto dialeticamente, com a necessidade da análise integrada entre pensadores nacionais e internacionais, bem como a preocupação com a aplicação dos próprios termos envolvidos na explicação para dar conta de se produzir um conhecimento sobre a complexidade reflexiva, nesta que se utiliza inclusive, os diversos campos do saber, envolvidos na Geografia Humana, se faz necessário.

Trata-se de questões pertinentes ao entendimento da civilização para pensar o desenvolvimento nacional conjuntamente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, através da simultaneidade deste processo global, num movimento dialético, cuja dimensão espacial não é fragmentária. (ALFREDO, 2006, p. 58 – 75)

Contudo, manifesta-se na produção do espaço, a dominação, de diferentes formas, porém a racionalidade e a finalidade deste processo o qual não se altera, uma vez arraigado aos modos desta sociabilidade concreta, mediadas por trocas mercantis já postas e repostas.

Significa entender que no capitalismo periférico se desdobrou na efetiva implantação das premissas lógicas imanentes do capital, ou seja, do moderno, em que o trabalho media as relações de produção enquanto formas de sociabilidades abstratas concretas, Alfredo (2006). Assim dominando a consciência do sujeito para que este se

limite a perpetuar o sistema de relações sociais de trocas. Isto nos basta por hora qualificar para a devida compreensão.

Da proposição de pensar a realidade do mundo moderno frente à simultaneidade do processo de efetivação do capital no capitalismo periférico, através da reflexão filosófico-analítica das categorias proeminentes da relação capital trabalho, é, preponderar sobre a crítica radical desta mesma sociedade, Alfredo (2006). Criticar sua lógica imanente posta na reprodução de relações sociais de produção, Martins (2008).

Através da dialética na relação social que é o capital trabalho, entendendo a alteridade, enquanto a forma de ser e do não ser, como elemento indenitário das formas desta reprodução, tao logo o trabalho no moderno, se expressa no ser da mediação a qual reproduz os pressupostos da lógica imanente da produção mercadológica. (ALFREDO, 2006, p. 63 – 66)

Diagnosticado, Kurz (1992), este, e, constatando como se efetiva a domínio do sujeito, arraigada à consciência do individuo moderno, imposto a través do trabalho abstrato, a humanidade, a não ser a importante fabricação do produto de valor ao capital, logo se vê a forma desta imposição como a própria modernidade, raciocínio desenvolvido em Alfredo (2006; 2009).

Pela análise da relação estabelecida entre centro e periferia do sistema do modo de produção capitalista, Oliveira (2007), frente suas formas de reprodução desta forma de sociabilidade concreta, se entende a modernização periférica enquanto o ser da imposição e da retificação das relações de sociabilização modernas, ou seja, imputadas a través da imposição do trabalho no mundo moderno. A partir da gênese da formação institucional brasileira.

Assim requerido o processo de modernização periférica, as ciências humanas e sociais tratadas dialeticamente, frente aos discursos políticos de desenvolvimento econômico, reproduziram e reproduzem as relações sociais nesta sociedade, fabricando o espaço e constituindo as formas de domínio, seguindo Lefebvre (2008).

Conceber o movimento do processo modernizante, desde a gênese do capital, é entender a sociabilidade da sociedade de trocas mercantis e monetarizadas, enquanto o momento da imposição do trabalho desprovido de conteúdo, como a maneira de ser deste momento modernizante, na periferia do próprio sistema.

Proveniente de um padrão analítico que trabalha na aproximação entre a forma literária e processo social, sendo o meio para desvelar conteúdos e sentidos específicos do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil⁴¹.

Daí a pertinência do recorte no momento do empreendimento colonial.

⁴¹ Ver em OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In CEVASCO, Maria E. e OHATA, Milton (org.). Um crítico na periferia do capitalismo: Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz; (2007, p. 149-152).

10 - Considerações finais

A dificuldade na articulação das ideias conjugadas com o real, do passado para preponderar sobre o presente, a fim de se fundamentar a proposta reflexiva sobre a relação do capital com o trabalho, no mundo moderno, e, articulado com as expressões específicas deste contexto no Brasil, o recorte foi, portanto estabelecido no momento em que se manifestou as relações realizadas entre o centro e a periferia do capitalismo, no referido contexto das navegações do século XV, ou seja, o período de acumulação primitiva que culminou com o estabelecimento do próprio capital – trata-se de pensar sobre sua gênese. Em sendo assim, de forma nenhuma o Brasil teria como ser apreendido fora deste enredo. Ele forma a outra parte do mesmo ser total do capital.

Assim, a pertinência de pensar dialeticamente as relações humanas concretas, em que a sociabilidade seja mediada pela forma mercadoria, encerra a dominação no ser, sem precedentes na História, erigida em solo nacional, pela colonização. A tal ponto de subverter instituições sociais históricas da humanidade. Isto tudo pode ser assim explicado se pensarmos o trabalho no mundo moderno, entendendo a alteridade do ser e do não ser, bem como da substancialidade universal da forma valor encarnada no dinheiro – problematizando a concepção da existência positiva neste contexto do universal de relações monetarizadas.

Quando na realidade dos fenômenos de interação social o que se expressa são polos contraditórios, quando da existência de uma sociedade monetária, onde parcelas desta mesma população não se encontram enquadrada, no modelo, ou seja, uma sociedade monetária com sujeitos desprovidos do dinheiro – expressão fenomênica encarnada da forma valor. Ou seja, em que as contradições se aprofundam e assim segue em acordo a imanência do próprio sistema específico da produtividade, no aprofundamento que dividi classes em diferentes graus de posse monetária, ainda que fictício, o que recai sobre a realidade da sociedade do consumo e da aparência do *estatos quo*, a coisificação do homem.

Buscando entender como se realizou, no espaço, esta construção racional social do estabelecimento de funções contraditórias como naturais ao ser humano. Para tanto uma primeira pergunta norteou toda a pesquisa. O que faz com que toda obra humana a partir do momento que é feita pelo Homem e entregue ao mundo, se volta contra ele mesmo?! Que dominação é essa?!

Pois bem, a dominação é realizada no ser pelo próprio ser, a dominação sem sujeito de Robert Kurz se dá através do trabalho abstrato que torna toda mediação social uma maneira abstrata de reproduzir, no real, a sociedade moderna de produção de coisas e de consumo de mercadoria em sua especificidade comum social. E em contrapartida, reparte o mundo em realidades tão distintas, sobre a distribuição, o acesso irrestrito a bens necessários a perpetuação da espécie humana. Faz-se a existência de áreas e regiões globais bem servidas neste sentido, enquanto que em outras não.

A questão que se coloca, talvez como conclusão, é admitir que o capital subverteu instituições históricas, quanto aos seus conteúdos e sentidos sensíveis a proliferação da vida humana na terra, a organização em grupos sociais, e, vendeu a ideia de que esse é um estágio evolutivo natural por ocorrência de um desenvolvimento positivo nesta fase da evolução da espécie. Do ponto de vista antropológico.

Mas como poderia isto ser, se não apenas em seu aparecer ser. Papel do fetiche.

Ser natural uma organização social desenvolvida ao longo dos séculos, e no presente século XXI instaura-se tal realidade, tão distintas, no mundo homogeneizador, agora sim falamos das distinções sociológicas entre nações ricas e paupérrimas. Sabemos que este arranjo global faz justamente parte da capacidade que o capital tem de se incorporar em realidades distintas e reproduzir sua imanência de crises e contradições enquanto suas condições identitárias de ser, independente de formas distintas de organizações entre grupos, parceiros.

O problema da crítica está em quando parte-se do pressuposto de que este estágio do humano se encontra em seu modo positivo, quando de fato não é disso que se trata.

Todo momento ao longo do texto a dialética estava presente em sua forma de negação desta racionalidade. Isto se deu por viver no mundo que está aqui sendo tratado.

Então busquemos entender o fetiche no mundo moderno. Relacionado o discurso da própria crítica, já que os exercícios intelectuais são também afetados. Assim fica explícita a transformação imputada pelo sistema, o qual assegura a falta de

exercícios teóricos e epistemológicos em torno da questão, para assim ter um arcabouço teórico e metodológico substancial em que, se ler, e interpretar o mundo moderno é inteligir onde vivemos, se utilizando, da crítica, do materialismo histórico dialético deixado pela obra marxiana.

Possibilitou, contudo, tratar a formação do sentido nacional brasileiro a partir de uma crítica reflexiva, através de uma prática teórica frente a dinâmica sistêmica do espaço produzido.

Entendendo que a criação das estruturas do poderio deste modo de produção material específica e histórica, instaurou as estruturas burocráticas através do urbano no Brasil, o desenvolvimento nacional, a posteriori, foi assim então norteado.

Escancarada à dominação e entendido como se deu no espaço as transformações humanas organizacionais através de reflexões sobre o trabalho e as instituições, antes e pós capital, vê-se a necessidade de libertar as amarras do pensar. Se pretende-se um trajeto revolucionário, a primeira ação se configura justamente na ação prática teórica em que o sujeito se encontre novamente em relação de sua posição concreta no espaço, apreciada por questões entre a materialidade e a abstração espacial que compõem parcelas da totalidade do espaço.

Totalidade essa, mesmo que de difícil alcance, ao menos se faça enquanto sentido do entender. Buscado pelo estudo sobre o ser e suas condições no mundo presente, através dos desígnios de seu passado, com a finalidade de assim se pretender uma produção científica crítica e permissível a emancipação real.

Contudo, tanto na teoria quanto na prática há à urgência de desmascarar o capital para os sujeitos humanos do moderno, sobre o moderno.

Até o momento do ponto de vista de um encerramento prático desta reflexão.

11 - Bibliografia

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética de Esclarecimento; Fragmentos Filosóficos, 1947.** Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf. Acessado em 20 de abril 2012.

ALFREDO, Anselmo. **A Constituição do Espaço Urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a Problemática Indígena na relação contraditória cidade campo.** In.: GEOUSP, Revista. n. 13., 2003. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13_Anselmo_Alfredo.htm. Acessado em: 18 de setembro de 2012.

_____. **Crise imanente, abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica.** In.: AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Crise, práxis e autonomia, espaços de resistência e de esperanças. Ano 26, vol. 1., n. 34. São Paulo: Terra Livre, Jan.–Jun. 2010, (pp. 37 – 62).

_____. **Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização.** In.: CIDADES: Revista Científica. Grupo de Estudos Urbanos. Vol. 6, n. 10, 2009. Presidente Prudente: Editora Expressão Popular; Grupo de Estudos Urbanos, 2009, (pp. 381 - 414).

_____. **O mundo moderno e o espaço: Apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 53 - 79, 2006.

ARANTES, Paulo E. **Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schuwarz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo; Posfácio de Celso Lafer. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARISTÓTELES. **Tópicos; Dos argumentos sofisticos.** Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

AB`SABER. A. Nacib. **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz ab`Saber.** Rio de Janeiro: EDITORA RECORD LTDA, 2007.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: CULTRIX, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária.** ed 10. Rio de Janeiro: Editora Ouro Sobre Azul, 2008.

_____. **Os Parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida.** São Paulo: Editora 34 e Duas Cidades, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano.** 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** ed.3. São Paulo: Escala, 2009.

FONTES, Silvério. **Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902).** In.: NOGUEIRA, Marco Aurélio; BRANDÃO, Gildo Marçal; CHASIN, J.; SODRÉ, Nelson Werneck. *Temas de Ciências Humanas (orgs.).* Vol. 2. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

GONÇALVES, José Sergio de Castro. Apresentação. In.: FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HAUBERT, M. **Índios e jesuítas no tempo das missões.** Prefácio de Jacques Soutelle; Tradução Marina Appenzeller; São Paulo: Companhia das letras: Círculo do Livro, 1990.

KRISIS, Grupo. **Manifesto Contra o Trabalho.** Tradução: Heinz Dieter Heidemam e Claudio Duarte. Data da publicação original: 1999. Disponível em: http://filoczar.com.br/manifesto_contra_o_trabalho.pdf. Acessado em 18 de setembro de 2012.

KURZ, Robert. **Com todo o vapor ao colapso.** "Mit Volldampf in den Kollaps" in: IG-Rote Fabrik / Zürich (ed.). *Krise - welche Krise?*. Berlim–Amsterdam, Edition ID-Archiv, 1995, pp.37-64. Conferência oral; escrito revisado por Kari-Anne Mey. Tradução: Heinz Dieter Heidemann, com colaboração de Carlos Toledo e Cláudio R. Duarte. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz91.htm>. Acessado em 18 de setembro de 2012.

_____. **O Colapso da Modernização.** Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Uma vida humana? Só sem mercado, estado e trabalho.** *Schwarzbuch Kapitalismus: ein Abgesang auf die Marktwirtschaft.* Frankfurt am Main, Eichborn Verlag, 1999. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz54.htm>. Acessado em 18 de setembro 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARTINS, Sérgio. **Prefácio à tradução brasileira.** In LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. In.: NOGUEIRA, Marco Aurélio; BRANDÃO, Gildo Marçal; CHASIN, J.; SODRÉ, Nelson Werneck. Temas de Ciências Humanas (orgs.). Vol. 2. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

_____. **O Capital: crítica da economia política; O Processo de Produção do Capital**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I, Prefácios e Capítulos I a XII. Editado do Friedrich Engels. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

_____. **O Capital: crítica da economia política; O Processo de Produção do Capital**. Volume II, Livro Primeiro, Tomo II, Capítulos XIII a XXV. Editado do Friedrich Engels. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

_____. **O Capital: crítica da economia política; O Processo de Produção do Capital**. Volume III, Livro Segundo. Editado do Friedrich Engels. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988c.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MORAES, A,C,R; COSTA, W, M. **Geografia crítica: A Valorização do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1.ed. 1.reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Um crítico na periferia do capitalismo**. In CEVASCO, Maria E. e OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz**. Apresentação de Anselm Jappe. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

WOLFART, Graziela. **Um crítico da economia política**. In: IHU, Revista. Ano XII, 27/08/2012. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4598&secao=400. Acessado em: 24 de dezembro de 2013.

12 - Bibliografia Comentada

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão. Tradução do original alemão intitulado Kritik der Reinen Vernunft. Ed. 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KURZ, Robert. **A ruptura ontológica**. In: CEVASCO, Maria E. e OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, (pp. 153-167)

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Editora Moraes. São Paulo - 1991.

MONEDERO, A, J, D. **Griegos y no Griegos em âmbitos coloniales: conflitos interacciones**. In: Minius: História, Arte e Xeografia. Vol. 20. n. 20. Espanha: Universidade de Vigo, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: http://www.geografia.ffeilch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2013/1s/modo_capitalista.pdf.

PETRONE, Pasquale. **As funções dos aldeamentos**. In.: PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: HUCITEC, 1995, (pp. 201 – 223).

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. In.: Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos inícios do Romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000/2003, (pp. 11 – 31).

SHIVA, Vandana. **Biodiversidade, Direitos de Propriedade Intelectual e Globalização**. Tradução de Victor Ferreira. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, (pp. 318 – 340).

